

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

KARINE PEDROZA

**O ACONTECIMENTO DOS TEXTOS-PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE
JAIR BOLSONARO NAS 75ª E 76ª ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU: UM ESTUDO
SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO**

CÁCERES-MT

2025

KARINE PEDROZA

**O ACONTECIMENTO DOS TEXTOS-PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE
JAIR BOLSONARO NAS 75ª E 76ª ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU: UM ESTUDO
SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Taisir Mahmud Karim e coorientação da professora Dra. Elisandra Benedita Szubris.

CÁCERES-MT

2025

© by Karine Pedroza, 2025.

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da
UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

P372a Pedroza, Karine.

O ACONTECIMENTO DOS TEXTOS-PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO NAS 75ª E 76ª ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO / Karine Pedroza. - Cáceres, 2025.
103f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Doutorado Acadêmico, Universidade Do Estado De Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado".

Orientador: Prof. Dr. Taisir M. Karim.

Coorientador: Profa. Dra. Elisandra B. Szubris.

1. Enunciação. 2. Nações Unidas. 3. Política. 4. Semântica. I. Karim, Prof. Dr. Taisir M. II. Szubris, Profa. Dra. Elisandra B. III. Título.

KARINE PEDROZA

**O ACONTECIMENTO DOS TEXTOS-PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE
JAIR BOLSONARO NAS 75ª E 76ª ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU: UM ESTUDO
SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Taisir Mahmud Karim
Orientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Elisandra Benedita Szubris
Coorientadora – PPGL UNEMAT

Prof. Dr. Wolber Sebastião Pereira
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. María Matesanz Del Barrio
Avaliador Externo – UCMADRID

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado
Avaliadora Externa – UFSCAR

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira
Avaliadora Externa – UNIFESSPA

APROVADA EM: 25/04/2025

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a vovó e mãe, Maria José (in memoriam), e ao meu pai, Paivo (in memoriam), minhas eternas fontes de inspiração, por todo o amor, carinho, incentivo e atenção com que sempre me orientaram a seguir em frente, buscando meus sonhos com fé, determinação, respeito ao próximo, honestidade e coragem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força nos momentos de cansaço, pela luz nos dias nublados, pela graça de me manter firme e pelo sopro de esperança que nunca me faltou.

A toda a minha família, tios, tias, primos e primas, mas, especialmente, à minha mãe Ivalda, à minha tia-irmã Dilma, à minha mãe-vó Maria José (*in memoriam*) e ao meu pai Ivaldo/Paivo (*in memoriam*), que foram e são fontes de conhecimento, alicerces de amor, coragem e sabedoria. Meu porto seguro, onde sempre reencontrei forças para seguir em frente.

Ao meu orientador, Dr. Taisir Mahmud Karim, e à minha coorientadora, Dra. Elisandra Benedita Szubris, pela escuta atenta, pela orientação generosa, pela inspiração constante e por todo o conhecimento a mim ensinado.

Agradeço também às professoras Dra. Carolina de Paula Machado (UFSCAR), Dra. María Matesanz Del Barrio (UCMADRID), Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira (UNIFESSPA) e ao professor Dr. Wolber Sebastião Pereira (UNEMAT) por terem aceitado o nosso convite para compor a banca, bem como pelas sugestões de leitura e valiosas contribuições oferecidas à minha tese. A participação dos senhores foi de suma importância.

Às professoras Dra. Neuza Zattar, Dra. Fabiola Sartín e Dra. Vera Maquêa que com palavras, iluminaram meu caminho, despertaram em mim ideias e abriram meus horizontes. Por terem reacendido em mim a fé no meu próprio voo e a continuar no caminho dos estudos acadêmicos e da pesquisa.

Às minhas amigas de longa data, Elaine Mamoré, Elisandra Szubris, Leila Oliveira e Juliene Oliveira, companheiras de afeto, risos e cuidado, que tornaram mais leve e ternamente suave a minha caminhada ao longo de todo o período da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, pela oportunidade e à CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

E, finalmente, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente foram responsáveis para o término deste trabalho.

Desejo que Deus, em sua infinita bondade, abençoe e proteja a todos.

... minha eterna Gratidão!

EPÍGRAFE

“A política foi primeiro a arte de impedir as pessoas de se intrometerem naquilo que lhes diz respeito. Em época posterior, acrescentaram-lhe a arte de forçar as pessoas a decidir sobre o que não entendem.”

(Paul A. Valéry, 1945)

RESUMO

O ACONTECIMENTO DOS TEXTOS-PRONUNCIAMENTOS DO RESIDENTE JAIR BOLSONARO NAS 75ª E 76ª ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO

Esta pesquisa, inscrita na área de concentração “Estudo de Processos Linguísticos”, na linha de pesquisa “Estudo dos Processos de Significação”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística – PPGL ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, analisa o funcionamento semântico-enunciativo de enunciados que integram os texto-pronunciamentos proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro na Abertura das 75ª e 76ª Assembleias Gerais da ONU. Tem como objetivo compreender, pelos procedimentos de articulação e reescrituração, como as temáticas: meio-ambiente, COVID-19, economia e segurança são enunciados no texto-pronunciamento de abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU/2020, produzindo sentidos neste acontecimento de linguagem e como essas temáticas são retomadas no texto-pronunciamento de abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU/2021. O *corpus* desta pesquisa é constituído dos textos-pronunciamentos enunciados pelo ex-presidente Bolsonaro na abertura das reuniões 75ª e 76ª das Assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorridas nos anos de 2020 e 2021 e foram coletados dos sites *Agência Brasil* e *Gov.br*. Para proceder às análises, adotamos o procedimento prévio de *sondagem*, Guimarães (2018), utilizada com o intuito de selecionar enunciados que contribuam para a mobilização das noções necessárias para a elaboração das análises. Conforme exposto, o *corpus* é constituído dos textos-pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro enunciados nas Assembleias Gerais da ONU do ano de 2020 e 2021, por se tratar, primeiramente, de dois discursos que tiveram impacto na mídia interna e externa, tendo em vista a posição do chefe de Estado frente à pandemia e às queimadas no país; em segundo lugar, por se tratar de textos/discursos construídos de linguagens que se estruturam, se articulam e se intercomplementam, com o objetivo de estabelecer relações institucional e política com aquele que o assiste, ouve ou lê e, por fim, pela proporção que tomou o discurso proferido na ONU, tanto no meio político quanto na sociedade brasileira. Para proceder com as análises, a pesquisa se dá à luz da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2018), que se fundamenta na compreensão do funcionamento da linguagem e das línguas.

Palavras-Chave: Enunciação; Nações Unidas; Política; Semântica.

ABSTRACT

THE OCCURRENCE OF TEXT-STATEMENTS IN PRESIDENT JAIR BOLSONARO'S SPEECHES AT THE 75TH AND 76TH UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY: A SEMANTIC-ENUNCIATIVE STUDY

This study falls within the research area of “Linguistic Process Studies,” specifically in the “Meaning-Making Process Studies” research line, under the *Stricto Sensu* Graduate Program in Linguistics (PPGL) at the Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). It aims to analyze the semantic-enunciative functioning of the statements that compose the speeches delivered by former President Jair Messias Bolsonaro at the opening of the 75th and 76th United Nations General Assembly. Through articulation and rewriting, we seek to understand how topics related to the environment, COVID-19, and the economy are enunciated in the opening speech of the 75th UNGA (2020) and how they produce meaning in this discursive event, as well as whether (and how) they reappear in the opening speech of the 76th UNGA (2021). To achieve this, we outline the following specific objectives: (1) to analyze how topics such as the fight against the pandemic, economic impact, the defense of the Amazon and the environment, international affairs, security, peace, and freedom are signified in the statements selected from the opening speech of the 75th UNGA (2020); (2) to examine how meaning is produced through articulation and rewriting in statements addressing the fight against the pandemic, economic impact, the defense of the Amazon and the environment, international affairs, security, peace, and freedom in the speech delivered at the 75th UNGA; and (3) to analyze how statements regarding COVID-19 and pandemic response, emergency assistance, economy, infrastructure and development, the defense of the Amazon and the environment, and economic impact, which were addressed in the opening speech of the 75th UNGA (2020), are signified and reappear in the opening speech of the 76th UNGA (2021). The corpus for this study consists of two speeches delivered by former President Bolsonaro at the opening of the 75th and 76th UN General Assembly sessions in 2020 and 2021, collected from the Agência Brasil and Gov.br websites. For the analysis, we adopt the methodological approach of *sondagem* (probing), as proposed by Guimarães (2018). This preliminary procedure serves as a strategic step to select statements that contribute to the mobilization of semantic-enunciative categories and the necessary concepts for analysis. As outlined above, the corpus consists of Bolsonaro’s UNGA speeches, chosen due to their significant media impact in Brazil, particularly concerning the president’s stance on the pandemic and wildfires. Additionally, these speeches are structured and articulated to establish institutional and political relations with their audience, whether listeners, viewers, or readers. Finally, the speeches gained notable political and societal repercussions in Brazil. The analysis is conducted through the lens of *Semântica do Acontecimento* (Semantics of the Event), developed by Guimarães (2018), which focuses on understanding the functioning of language and linguistic processes.

Keywords: Enunciation; United Nations; Politics; Semantics.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Organização das Nações Unidas - ONU

Assembleia Geral da ONU – AGO

Supremo Tribunal Federal – STF

Ação Integralista Brasileira - AIB

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espaço de Enunciação	48
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I	16
BRASIL E ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM E SE INTERCOMPLEMENTAM.....	16
1.1 A chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República do Brasil e as eleições de 2018	16
1.2 A criação da Organização das Nações Unidas-ONU	21
1.3 O papel do Brasil no processo de criação da Organização das Nações Unidas-ONU	26
1.4 A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU e a sua relação com o Brasil	30
1.5 Relações Brasil – ONU.....	32
 CAPÍTULO II.....	37
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	37
2.1 Breàl e a fundação da Semântica.....	37
2.2 Benveniste e a complexidade da enunciação.....	38
2.3 Ducrot e a enunciação como acontecimento	40
2.4 Guimarães e os estudos semânticos-enunciativos no Brasil.....	41
2. Noções teórico-metodológica a serem mobilizadas nas análises	47
2.1 O político.....	47
2.2 O espaço de enunciação e os falantes.....	48
2.3 Cenas enunciativas	49
2.4 As figuras de enunciação.....	50
2.5 O texto	51
2.6 A articulação	53
2.7 A reescrituração.....	53
 CAPÍTULO III	54
A COLETA DE DADOS E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1 Delineamento do <i>corpus</i>	56

3.1.1 75ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU.....	57
3.1.2 76ª Assembleia Geral das Organizações Unidas – ONU	58
3.2 Recortes selecionados para a análise.....	60
CAPÍTULO IV.....	64
O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DOS DISCURSOS DA ABERTURA DA 75ª E 76ª ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU	64
3.1 Análise do texto-pronunciamento da 75ª Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, em 2020	64
3.1.1 Enunciados sobre o combate à pandemia e o impacto econômico	67
3.1.2 Enunciados em defesa da Amazônia e do meio ambiente	74
3.1.3 Enunciados sobre o cenário internacional sobre segurança, paz e liberdade	75
3.2 Os textos-pronunciamentos da 76ª Assembleia Geral da ONU e a ressignificação das temáticas abordadas	78
3.2.1 COVID-19 e o combate a pandemia	79
3.2.2 A Assistência Emergencial, Economia, Infraestrutura e Desenvolvimento.....	81
3.2.3 Defesa da Amazônia e Meio Ambiente.....	82
3.2.4 Impacto econômico	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	92
ANEXO I.....	96
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)	96
ANEXO II.....	100
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU	100

INTRODUÇÃO

A escolha por analisar textos-pronunciamentos proferidos pelo Presidente da República Federativa do Brasil nas Assembleias Gerais da ONU, ocorridas em 2020 e 2021, se deu por compreendermos, tal como nos aponta Guimarães (2018), que a constituição dos sentidos do dizer é enunciativa. Assim, os dizeres desses textos, independentemente de seus efeitos na sociedade, são enunciações constituídas a partir de um lugar enunciativo que se posiciona sobre temas cruciais para a nação, como: meio ambiente, economia, segurança nacional e da pandemia COVID-19, sendo esta última tão pulsante na sociedade brasileira à época.

O *corpus* escolhido para a realização das análises se constitui por enunciados recortados dos textos-pronunciamentos de abertura das 75ª e 76ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (doravante ONU). Além da importância ressaltada anteriormente, a análise desses enunciados, tomados como unidades de sentidos, que se estruturam, se articulam e se intercomplementam, nos ajudam a compreender o funcionamento do político na enunciação, de modo a observar o conflito, as divisões desiguais do real, e como os dizeres são significados pelos recortes do real.

O objetivo geral consiste em analisar o funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados que integram estes textos-pronunciamentos, buscando compreender pelos modos de articulação e reescrituração como as temáticas: meio-ambiente, COVID-19, economia e segurança produzem sentidos nestes acontecimentos de linguagem e como elas são retomados no texto-pronunciamento de abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU/2021. Para tanto, tomamos como objetivos específicos:

1. Analisar no texto-pronunciamento da abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU/2020 como os assuntos relacionados as enunciações que dizem acerca do combate à pandemia, do impacto econômico, da defesa da Amazônia e do meio ambiente, do cenário internacional, da segurança, da paz e da liberdade significam no texto e nos enunciados recortados para análise;
2. Examinar os modos de produção de sentidos da articulação e reescrituração nas enunciações que dizem acerca do combate à pandemia, do impacto econômico, da defesa da Amazônia e do meio ambiente, do cenário internacional, da segurança, da paz e da liberdade abordadas no texto-pronunciamento da abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU integrados de enunciados

3. Analisar como os enunciados que dizem acerca COVID-19 e o combate a pandemia, a assistência emergencial, economia, infraestrutura e desenvolvimento, defesa da Amazônia e meio ambiente e impacto econômico abordados na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU/2020 significam e se repetem no texto-pronunciamento de abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU/2021.

Para proceder as análises, tomamos como aporte teórico-metodológico a Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães (1995, 2002, 2011, 2017 e 2018), no Brasil, que define a teoria como “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2017, p. 09) e por tomar a semântica como uma disciplina linguística que tem por objetivo compreender o funcionamento da linguagem e das línguas.

A partir desta perspectiva teórico-metodológica, desenvolvemos esta tese intitulada *O acontecimento dos textos-pronunciamentos do Presidente da República Federativa do Brasil Jair Bolsonaro nas 75ª e 76ª Assembleia Geral da ONU: um estudo semântico-enunciativo*.

Reportando-nos a estrutura da tese, esta encontra-se dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, *Brasil e Organização das Nações Unidas: histórias que se cruzam e se intercomplementam*, apresenta a trajetória política de Jair Bolsonaro, desde sua chegada à presidência em 2018 até sua participação nas Assembleias Gerais da ONU. Aborda, ainda, a criação da ONU após a Segunda Guerra Mundial, seus objetivos, o papel do Brasil na organização, bem como sobre a pertinência de um assento permanente na organização.

Dizer a respeito do processo histórico-político de Jair Bolsonaro até a sua chegada à presidência da república e do processo de criação da ONU e da assembleia geral se faz necessário uma vez que é necessário contextualizar o objeto de pesquisa e o *corpus* para proceder as análises. Nesse caso, contextualizar o percurso histórico e político de Jair Bolsonaro nos permite entender o seu processo de constituição enquanto político e candidato, suas estratégias no processo eleitoral, e o modo como ele se posiciona no cenário nacional e internacional. Conhecer sua trajetória ajuda a perceber como certos dizeres são construídos, sustentados ou tensionados ao longo do tempo. Da mesma forma, é essencial apresentar o que é a ONU e, mais especificamente, o papel da Assembleia Geral da ONU, espaço em que líderes de diferentes países expõem suas visões de mundo, suas prioridades e suas estratégias diplomáticas. Essa contextualização nos permite compreender a relevância simbólica e política do evento e como ele funciona como um palco de legitimação (ou contestação) de determinados discursos perante a comunidade internacional.

O segundo capítulo, *Fundamentação Teórica*, apresenta o aporte teórico-metodológico de sustentação da pesquisa. Inicialmente, exploramos os conceitos de semântica e enunciação a partir das contribuições de linguistas como Michel Bréal, Émile Benveniste e Oswald Ducrot e Eduardo Guimarães. Por fim, apresentamos os conceitos teóricos-metodológicos da Semântica do Acontecimento que fundamentarão as análises no capítulo IV.

O terceiro capítulo, *A coleta de dados e os procedimentos metodológicos*, apresenta o detalhamento do *corpus*, bem como o procedimento metodológico de análise adotado. Para a constituição do *corpus*, selecionamos recortes de enunciados do texto-pronunciamento da 75ª da (AGO) que dizem sobre as seguintes temáticas: meio-ambiente, COVID-19 e economia e que são retomadas no texto-pronunciamento de 76ª da (AGO).

O quarto capítulo intitula-se *O funcionamento semântico-enunciativo dos discursos de abertura das 75ª e 76ª Assembleia Geral da ONU*. Este capítulo apresenta o processo de análise dos recortes selecionados, a partir dos procedimentos de articulação e reescrituração, que nos possibilita observar o funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados que integram os textos-pronunciamentos.

Por fim, apresentamos as *Considerações Finais* na qual expomos uma síntese do desenvolvimento da pesquisa, dos resultados obtidos com o estudo e sua relevância tanto para o meio acadêmico, quanto para a sociedade.

CAPÍTULO I

BRASIL E ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM E SE INTERCOMPLEMENTAM

Tradicionalmente, o Brasil é o primeiro a discursar nas Assembleias Gerais da Nações Unidas-ONU, seguido pelos Estados Unidos e demais países associados, um critério que se consolidou na décima Assembleia, em 1955. No quadriênio 2019/2022, o país foi representado nas Assembleias Gerais pelo então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Os pronunciamentos do presidente brasileiro nos chamaram atenção para realizar este trabalho dada a repercussão de seus dizeres sobre particularidades da situação do país, tais como a projeção da imagem do Brasil no cenário internacional, o modo como o presidente se reportou a questões externas e internas, como a pandemia da COVID-19, às mudanças climáticas, os valores conservadores, liberdade e economia, proferidas em um espaço constituído para o debate de assuntos comuns a todos os países membros.

Assim, para compreendermos como ocorreram as participações do Brasil nas Assembleias Gerais das Nações Unidas-ONU, especialmente na 75ª e na 76ª edição, apresentaremos, neste capítulo, um percurso histórico da trajetória política e da chegada do 38º Presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro ao cargo, bem como contextualizaremos o que é a ONU e como se constituem as suas Assembleias Gerais.

1.1 A chegada de Jair Bolsonaro a presidência da República do Brasil e as eleições de 2018

Jair Bolsonaro esteve a serviço público como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro por um período de, aproximadamente, 27 anos. Sua trajetória política como Deputado consistiu na apresentação de 171 projetos, dos quais apenas 02 ações foram aprovadas.

Considerado pela mídia como um político extremista¹, com histórico de difamar mulheres, LGBTs e minorias, que elogia o autoritarismo e a tortura, Jair Bolsonaro ganhou espaço e voz, estando sempre cercado por repórteres que se encontravam em busca de garantir a notícia e a audiência.

¹ UOL NOTÍCIAS. **Bolsonaro é um perigo para o Brasil e para o mundo, diz jornal britânico**. São Paulo, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/06/bolsonaro-e-um-perigo-para-o-brasil-e-para-o-mundo-diz-jornal-britanico.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Neste cenário, a mídia se mantinha atenta aos dizeres de Bolsonaro, que sempre retomava em suas entrevistas assuntos considerados relevantes por ele, como: mulheres, homossexualidade, a esquerda e a “volta do socialismo” etc.

Podemos citar uma passagem ocorrida em 2003, nas instalações do Congresso Nacional, em frente às câmeras da Rede TV, em que durante uma discussão com a Deputada Maria do Rosário (PT-RS), Bolsonaro se reportou à parlamentar com os seguintes dizeres: “Olha, jamais eu ia estuprar você, porque você não merece”². Estes dizeres repercutiram na sociedade, mobilizando grupos pró-mulheres e contra a violência doméstica. Todavia, mobilizou, também, àqueles que eram pró-Bolsonaro.

Entretanto, com a repercussão dos dizeres do parlamentar, a justiça foi acionada e o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu abrir duas ações penais contra o Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), tendo como decisão a de que o deputado se tornaria réu na Corte pela suposta prática de apologia ao crime e por injúria. Porém, em 2014, durante entrevista à TV Câmara e diversos outros jornalistas, o Deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) voltou a dizer: “Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”³, referindo-se novamente a Deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Esse e diversos outros dizeres de Jair Bolsonaro deram visibilidade ao político, tornado a sua aparição cada vez mais recorrente na mídia o que, conseqüentemente, promovia a sua popularidade entre os brasileiros, em um contexto de pré-campanha, em que a conjuntura política brasileira se encontrava polarizada e instável.

Mesmo diante das polêmicas envolvendo seu nome, a intenção de votos para o deputado Jair Bolsonaro crescia gradativamente. Nas primeiras pesquisas realizadas no ano de 2018, Jair Bolsonaro aparecia em segundo lugar atrás de Lula, mas com a prisão do candidato do PT, ocorrida em 7 de abril de 2018, o cenário se modifica

² BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata da reunião de 11 de novembro de 2003**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=11/11/2003&hrInicio=14:00:00&hrFim=14:10:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2102/03&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:00&sgFaseSessao=&Data=11/11/2003&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:00&txEtapa=>. Acesso em: 20 nov. 2023.

³ BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Jair Bolsonaro terá de indenizar deputada Maria do Rosário por danos morais**. Brasília, DF, 15 ago. 2017. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/08-15_18-37_Jair-Bolsonaro-tera-de-indenizar-deputada-Maria-do-Rosario-por-danos-morais.aspx. Acesso em: 20 nov. 2023.

Bolsonaro passou à dianteira nas pesquisas de intenção de voto nos cenários em que Fernando Haddad aparecia como substituto do ex-presidente na chapa do PT. Pesquisa Ibope divulgada em 20 de junho mostrava o candidato do PSL com 17% das intenções de voto, seguido por Marina Silva (13%), Ciro (8%) e Alckmin (6%). Haddad, até então vice na chapa de Lula, aparecia só com 2%.⁴

É possível observar que já havia um cenário favorável à crescente popularidade de Jair Bolsonaro. Vejamos que, em 2014, o Congresso contava com uma significativa bancada conservadora, e nesse ínterim ele ascendia na mídia. Segundo avaliação do analista político do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, 2014 foi o ano em que o Congresso teve “mais conservador desde a redemocratização”⁵. Com um Congresso Nacional composto por um número expressivo de parlamentares vinculados a segmentos mais conservadores, entre eles, militares, policiais, religiosos e ruralistas.

Em 2018, Bolsonaro se candidata à presidência do Brasil e durante sua campanha percebe a influência das mídias sociais, principalmente, nas campanhas políticas, o que fez com o candidato se tornasse ativo nas mídias alternativas e mais populares: o *Facebook*, o *Twitter (X)* e o *Instagram*.

Nestas redes sociais, Bolsonaro se apresentava como um político defensor dos valores familiares e da sociedade. A vida pessoal de Jair Bolsonaro e de sua família começou a ser bastante exposta. Bolsonaro postava o seu dia a dia com os filhos e a sua atual esposa, Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, casados desde 2013.

Vale ressaltar que Bolsonaro se declarava católico e em maio de 2016 decidiu se batizar nas águas do Rio Jordão – rio no qual Jesus foi batizado, conforme apresentado na Bíblia. Mediante uma cerimônia presidida pelo Pastor Everaldo, presidente do Partido Social Cristão-PSC, e o primeiro a apresentar sua “candidatura confessional evangélica à Presidência da República do Brasil” (Cunha, *et al.* 2017, p. 09).

O rito de batismo de Bolsonaro foi amplamente divulgado na mídia tradicional e alternativa e, principalmente, nas redes sociais pelos seus apoiadores, causando comoção dentre os seus adeptos. Com isso, passou a acompanhar a sua esposa Michelle ao templo evangélico do qual fazia parte e frequentava assiduamente, mas também para qualquer outro templo que sua esposa fosse convidada. Por ser uma figura de grande influência e relevância entre os

⁴ Bolsonaro presidente: A surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto. **BBC News Brasil**. 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45778959>. Acesso em: 21 de nov. de 2018.

⁵ AGÊNCIA BRASIL. **Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos**. Brasília, DF, 10 out. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 16 dez. 2024.

evangélicos, Michelle Bolsonaro teve um papel importante na campanha à presidência de Jair Bolsonaro.

Ao longo do processo eleitoral de 2018, observou-se a presença de muitas autoridades representativas de um templo/igreja. Aos poucos, os dizeres políticos iam se entrelaçando com passagens da Bíblia e produzindo sentidos de que o candidato Bolsonaro era o mais preparado para assumir a presidência do Brasil⁶.

Em 2018, ao longo do seu processo eleitoral o candidato Jair Bolsonaro (PSL-RJ) elaborou uma campanha pautada no uso de símbolos pátrios e conduziu sua campanha em um tom conservador e religioso. Sob o *slogan* “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, fez do púlpito o seu palanque e o palanque seu púlpito e assim conduziu seu pleito eleitoral.

Conforme transcorriam os meses da campanha eleitoral, Bolsonaro ascendia com um plano de governo que apresentava passagens bíblicas e o *slogan* de caráter religioso, estabelecendo conexão com o povo cristão/evangélico, mas também com aqueles que se encontravam decepcionados com a política brasileira.

Ao longo de suas declarações e com a constante repercussão negativa nas mídias tradicionais e alternativas, o candidato à presidência recebia críticas, mas, também, a aprovação de seus apoiadores, que lhe conferiam o epíteto de “mito”.

Ao longo do processo eleitoral brasileiro de 2018, com uma política pautada, dentre outros fatores, nas relações com líderes religiosos, Jair Bolsonaro vence a eleição com uma retórica moralizante, conservadora e constituída por palavras e expressões religiosas e passagens da Bíblia, vindo a se tornar o primeiro presidente declaradamente cristão, com um discurso evangélico pentecostal a ocupar a presidência do Brasil pelo voto popular, que, de acordo com Alves (2018)⁷, a vitória se deu, sem dúvidas, com a mobilização e o empenho dos evangélicos que “se transformaram em uma força política decisiva”.

Alves (2018) afirma, ainda, que “Jair Bolsonaro foi eleito, fundamentalmente, com o voto evangélico, quando se considera a variável religião”, conforme dados do segundo turno no qual “houve 104,8 milhões de votos válidos, sendo que Jair Bolsonaro obteve 57,8 milhões de votos (55,13%) e Fernando Haddad obteve 47,0 milhões (44,87%). A diferença foi de 10,76 milhões de votos” (Alves, 2018).

⁶ UOL. Agência Estado. **Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro**. São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/09/30/edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

⁷ ALVES, José Eustáquio Diniz. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro?**. [S. l.]: EcoDebate, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Segundo o Datafolha⁸, a pesquisa realizada em 25 de outubro de 2018 “indicou uma intenção de voto de 56% para Bolsonaro e de 44% para Haddad (números muito próximos do resultado efetivo). Esta pesquisa também trouxe a intenção de voto, segundo as preferências eleitorais das várias denominações religiosas”.

No primeiro discurso não oficial⁹, após a apuração dos votos, Jair Bolsonaro cita Deus diversas vezes ao longo da sua entrevista e inicia seu discurso com o versículo João 8:32 que diz “e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Dando continuidade a postura adotada ao longo de sua campanha.

A jornada eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro se pautou em aspectos que mobilizasse cristãos, evangélicos, a mídia, as redes sociais e os decepcionados com a política e partidos tradicionais brasileiros e que fortalecesse o conservadorismo, ou seja, um “pensamento político que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais – como a família, a comunidade local e a religião -, além dos usos, costumes, tradições e convenções [...] opondo-se a qualquer tipo de movimentos revolucionários e de políticas progressistas”¹⁰.

Assim, com as passagens bíblicas, súplicas aos cristãos, o apoio da bancada evangélica já eleita e aos decepcionados politicamente nos leva a compreender que Jair Bolsonaro venceu as eleições de 2018 recorrendo à crença religiosa do brasileiros e à decepção política da população, uma vez que fez significar enunciações que mobilizassem e adeptos de suas enunciações e colocasse em funcionamento o seu jargão político: “Deus, Pátria e Família”, um *slogan* que também foi lema da Ação Integralista Brasileira-AIB¹¹, isto é, o primeiro partido político de massas do Brasil, criado em 1932 por Plínio Salgado, sendo considerado um movimento fascista do Brasil, uma vez que dispunha de ideias anticomunistas e antiliberais, além de serem ultranacionalista, corporativista, conservadoras e tradicionalista católico de extrema-direita. (Gonçalves e Neto, 2023).

Como presidente, Jair Bolsonaro manteve a postura apresentada na pré-campanha e campanha, porém, bem mais firme e seguro quanto aos ideais demonstrados ao longo do processo eleitoral.

⁸ DATAFOLHA. **Pela Presidência: Bolsonaro tem 56% dos válidos, contra 44% de Haddad**. [S. l.]: Datafolha, 10 out. 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983704-pela-presidencia-bolsonaro-tem-56-dos-validos-contr-44-de-haddad.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2024.

⁹ UNISINOS. Instituto Humanitas. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro?**. São Leopoldo, RS, [2018]. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 21 nov. 2023.

¹⁰ POLITIZE!. **Conservadorismo: o que é pensamento conservador?**. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conservadorismo-pensamento-conservador/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

¹¹ POLITIZE!. **Integralismo brasileiro: o que é o movimento e como ele se manifesta hoje?**. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.politize.com.br/integralismo-brasileiro/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

A agenda do Presidente da República possui compromissos e ações importantes a serem cumpridos e um destes compromissos previstos é o discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU que ocorre sempre em setembro, na sede da Organização das Nações Unidas-ONU fixada em Nova Iorque, sendo este considerado um dos eventos mais importantes da diplomacia multilateral contemporânea, no qual “Chefes de Delegação dos 193 Estados Membros da ONU, hoje em dia muitas vezes Chefes de Estado e de Governo, apresentam à comunidade internacional suas posições sobre uma vasta gama de temas”, de acordo com Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores¹².

Em 2019, ano que antecede a pandemia da COVID-19, Bolsonaro, como de costume, abriu o debate da 74ª Assembleia Geral da ONU, e os pontos principais de seu discurso foram: a preservação da Amazônia, a atuação do governo federal na retomada do crescimento da economia do país, o combate à corrupção e a segurança pública, mas, principalmente, conforme o próprio Bolsonaro disse pelas suas redes sociais, o discurso seria uma “oportunidade de apresentar ao mundo o Brasil que estamos construindo”¹³.

Diante disso, Jair Bolsonaro tomou o momento da abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU para prestar contas, justificar e mostrar o desenvolvimento do país, contrapondo o objetivo do evento que consiste em debater assuntos de comum importância a todos os países membros. Trata-se de um espaço no qual todas as nações têm a liberdade de se reunirem para discutir suas problemáticas e seus conflitos e juntos encontrarem soluções que beneficiem a humanidade, conforme apresentamos nos itens abaixo.

1.2 A criação da Organização das Nações Unidas-ONU

Os conflitos bélicos permeiam a humanidade desde os seus primórdios. Grandes civilizações construíram o seu legado não apenas elaborando e desenvolvendo sistemas políticos e jurídicos de forma pacífica, mas com a deflagração de grandes confrontos armados e violentos.

Sabe-se que as guerras existem desde os tempos remotos, porém, os registros pictóricos apontam a existência de conflitos a partir dos povos egípcios e sumérios, contando com cerca de 5.000 anos de história bélica (Gilberto, 2005). Nesse contexto, é possível citar os hieróglifos

¹² FUNAG. **Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília, DF: FUNAG, [s.d.]. Formato PDF. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

¹³ ISTOÉ. **Veja o discurso do presidente Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU**. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://istoe.com.br/veja-o-discurso-do-presidente-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu/>. Acesso em: 15 out. 2024.

egípcios que contavam as vitórias dos primeiros faraós Escorpião e Narmer, bem como os manuscritos dos Livros de Moisés que relatam as conquistas hebraicas de Canaã e também os registros de conflitos bélicos chineses, gregos e romanos. (Keely, 2011).

A partir dos registros históricos, somos levados a crer que os confrontos bélicos desempenham uma função importante no processo de construção da humanidade, uma vez que foi com os confrontos que a sociedade foi se alterando e evoluindo. No entanto, não podemos deixar de pensar e considerar os efeitos devastadores que estes confrontos causaram e causam para a população civil dos países envolvidos. As guerras deixam rastro de morte e sequelas complexas e eternas por onde acontecem. Além de prejuízos materiais e de infraestrutura, que reverberam em todos os estados-nação, há também a fragilização da economia, o desemprego, a fome, dentre outros fatores que aniquilam uma sociedade.

Para amenizar esse quadro marcado duramente por guerras e conflitos, os Estados começaram a promover ações políticas para a criação de organizações internacionais com vistas à promulgação da paz e da segurança de países. O primeiro passo nessa direção foi a fundação, em 1865, da União Internacional de Telecomunicações e a criação, em 1874, da União Telegráfica Internacional e da União Postal Universal que, futuramente, viriam a se tornar agências especializadas das Nações Unidas.

Em 1899 e em 1907, ocorreram as duas Conferências Internacionais da Paz realizadas em Haia, que se tornaram notórias pela sua postura arrojada no ambiente diplomático e das relações internacionais. Estas conferências não abordaram a organização da ordem internacional em um panorama pós-guerra, porém, antes foram uma espécie de impulsionadores de movimentos pacifistas que se estruturaram no contexto da sociedade civil do século XIX e uma atitude às perdas humanas na guerra impulsionada pela devastação das armas que a inovação tecnológica potenciou¹⁴.

Em 1919, após a I Guerra Mundial que se deflagrou em 28 de julho de 1914 e se estendeu até 11 de novembro de 1918, foi criada a *Liga das Nações*, estabelecida sob o “Tratado de Versalhes”, que intuía promover a colaboração internacional e alcançar a paz e a segurança, todavia, esta iniciativa se desfez em 20 de abril de 1946, visto que a II Guerra Mundial, iniciada em 01 de setembro de 1939, se estendeu até 02 de setembro de 1945. No entanto, mesmo com o encerramento da *Liga das Nações*, outros movimentos sociais se articulavam para a criação de um acordo internacional de paz, o que culminou com a entrega dos bens da *Liga das Nações*

¹⁴ PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Conferência da Paz**. Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-da-paz>. Acesso em: abr. 2023.

a uma organização que já vinha sendo arquitetada e que anos depois viria a se tornar as Nações Unidas.

A cidade de Londres, que já havia presenciado vinte e dois meses de confronto bélico, sediava nove governos que foram exilados em decorrência da II Guerra Mundial.

No dia 12 de junho de referido ano, representantes de 14 países se reuniram no Palácio de St. James, em Londres, e assinaram a “Declaração do Palácio de St. James”, na qual demonstravam confiança na paz e preocupação com o futuro pós-guerra. Na declaração, os governantes afirmavam a pretensão de “trabalhar juntos e com outros povos livres, na guerra e na paz”. Esta se tornou a primeira ação efetiva para a criação das Nações Unidas.

Em 14 de agosto de 1941, foi publicada a Carta do Atlântico, que foi assinada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e o primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill. A Carta continha uma série de resoluções para a cooperação internacional com a finalidade de estabelecer a paz e a segurança mundial. A assinatura desse documento foi caracterizada como mais um indício para a instauração de uma organização internacional.

Representantes de 26 países aliados se uniram em Washington contra as Potências do Eixo Roma-Berlim-Tóquio, em janeiro de 1942, para corroborar o apoio à Carta do Atlântico e a assinatura da “Declaração das Nações Unidas”. Vale ressaltar que este documento foi o primeiro a conter o uso oficial do termo “Nações Unidas”, proposto pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt.

Em 30 de outubro de 1943, na Conferência em Moscou, a declaração foi assinada pelos governos da União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e China, na qual expuseram o interesse na criação de uma organização internacional que mantivesse a paz e a segurança mundial. No dia 1º de dezembro do mesmo ano, em Teerã, em uma reunião com líderes dos Estados Unidos, da União Soviética e do Reino Unido, essa proposta foi reafirmada. Estas foram mais duas ações consideradas relevantes para o alinhamento e tentativa de se criar um mundo baseado na paz e na segurança internacional.

Durante a Conferência realizada na cidade de Washington, em 1944, o primeiro projeto destinado à criação da ONU passou a ser elaborado. Durante duas sessões realizadas em 21 de setembro a 07 de outubro do mesmo ano, os Estados Unidos, Reino Unido, URSS e China concordaram acerca dos objetivos, estrutura e andamento da organização mundial.

Em fevereiro de 1945, depois das reuniões de Yalta, o ex-presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, o primeiro-ministro britânico, Churchill e o primeiro-ministro soviético, Stalin,

opinaram sobre o estabelecimento de uma “organização internacional geral para manter a paz e a segurança”¹⁵.

Os delegados de 51 nações, incluindo o Brasil¹⁶, em 25 de abril de 1945, reuniram-se na Ópera de São Francisco, na cidade de São Francisco, nos EUA, para participar da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional. Nesta conferência, os representantes elaboraram uma Carta com 111 artigos que foram aprovados unanimemente. No dia seguinte, no auditório do edifício memorial dos veteranos, Veteran's Memorial Hall, os delegados representantes assinaram a Carta.

A Organização das Nações Unidas, oficializada pela Carta das Nações Unidas, foi assinada em 26 de junho de 1945 e ratificada pelo Brasil no mesmo ano. A Carta da ONU pautada no respeito aos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo, na manutenção da paz e segurança internacional e promoção do desenvolvimento social, com melhorias nas condições de vida dos indivíduos, promoveu uma onda de transformações que se processou no Direito Internacional, simbolizando um novo modelo Internacional de Justiça.

No entanto, a Organização das Nações Unidas não teve início no dia da assinatura da Carta. Em diversos países, o documento originário foi submetido à aprovação de seus respectivos congressos e parlamentos.

No Brasil, em 22 de outubro de 1945, sob o Decreto n. 19.841¹⁷, o ex-presidente Getúlio Vargas promulgou “a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, foi assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas” que diz em seu Art. 1º : “Fica promulgada a Carta da Nações Unidas apenas por cópia ao presente decreto, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945”.

¹⁵ NAÇÕES UNIDAS. **Conheça a ONU**. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.un.org/pt/rio/recursos/conheca-a-onu#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,paz%20e%20o%20desenvolvimento%20mundiais.>>>. Acesso em: 10 set. 2022.

¹⁶ BRASIL. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 out. 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 6 set. 2022.

¹⁷ BRASIL. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 out. 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

Todavia, ficou decidido que a Carta só entraria em vigor de fato quando os governos na China, França, Grã-Bretanha, União Soviética, Estados Unidos e a maioria dos outros países signatários aprovassem e comunicassem o Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

Assim, em 24 de outubro de 1945, a ONU, enquanto organização internacional, inicia suas atividades com o objetivo de garantir o direito de segurança entre as nações, a igualdade entre os cidadãos e o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos povos.

A Carta das Nações Unidas se tornou o documento mais importante da Organização, conforme registrado no seu artigo 103 que diz:

No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta. (Carta das Nações Unidas, 1945, p. 63).

Somente em 10 de janeiro de 1946, aconteceu no Centro Histórico de Londres – Central Hall em Westminster –, a primeira Assembleia Geral das Nações Unidas, cuja sessão foi aberta pelo ex-presidente temporário colombiano, Eduardo Zuleta Angel, que coordenou a comissão preliminar para a primeira assembleia-geral.

A ONU¹⁸ é uma organização internacional de países fundamentada na igualdade de soberania entre seus membros, e foi criada para que fosse mantida a paz e a segurança mundial, o estabelecimento de conexões corteses entre as nações, além de impulsionar a cooperação internacional em situações de dificuldades econômicas, sociais, culturais, humanitárias e também para propiciar o respeito aos direitos humanos e à liberdade.

A Assembleia Geral da ONU se reúne anualmente, entre setembro e dezembro, em Nova Iorque, onde fica situada a sede das Nações Unidas. Durante os encontros, são colocadas em pauta questões relevantes e críticas para a população internacional, bem como os Debates Temáticos de Alto Nível e, caso haja necessidade, são realizadas sessões especiais ou de emergência. O papel da assembleia é estabelecer discussões multilaterais envolvendo as questões internacionais descritas na Carta, além da função importante de definir normas e codificar o direito internacional. Além disso, também é previsto na Carta que em

casos de ameaça ou violação da paz e/ou ato de agressão, na eventualidade do Conselho de Segurança ficar impedido de agir devido ao voto negativo de um membro permanente. [...] a Assembleia pode analisar o assunto imediatamente

¹⁸ NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Sobre a ONU**. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/279573-sobre-onu>. Acesso em: 6 nov. 2024.

e recomendar medidas coletivas para manter ou restaurar a paz e segurança internacionais¹⁹.

Assim, durante as sessões das Assembleias Gerais promovidas pela Organização das Nações Unidas os Estados-membros expõem seus pontos de vistas e possibilitam diálogos a respeito de questões relacionadas à humanidade, à paz, à segurança, às alterações climáticas, ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, desarmamento, ao terrorismo, à ajuda humanitária e às emergências de saúde, de igualdade de gênero, de governação, dentre outros assuntos, na tentativa de mediar negociações e promover o entendimento e a solução conjunta de desafios.

No próximo item, vamos abordar as relações políticas do Brasil com a ONU.

1.3 O papel do Brasil no processo de criação da Organização das Nações Unidas-ONU

Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial e da assinatura da Carta das Nações Unidas, o Brasil já se mostrava atuante nos assuntos internacionais e com práticas no multilateralismo. Participou das inúmeras conferências e reuniões panamericanas desde 1889; contou com a participação de Rui Barbosa na Segunda Conferência da Paz da Haia, em 1907, e esteve presente nas negociações de paz em Paris, em 1919, sendo representado pelo senador da Paraíba, Epitácio Pessoa, como chefe da delegação brasileira, que integrou a comissão encarregada de redigir o pacto da Liga, aprovado unanimemente na Conferência.

Em 1919, o Brasil se tornou um dos membros fundadores da Liga das Nações, com o apoio do presidente norte-americano, Woodrow Wilson, e recebeu um assento temporário no conselho da Liga, ao lado da Espanha, da Bélgica e da Grécia, que deveriam somar-se às principais potências aliadas e associadas como membros permanentes: os EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão.

Todavia, Artur Bernardes (1922-1926), na época presidente do Brasil, tentou pleitear assento permanente e foi recusado porque a política externa na década de 20 era dominada a partir da dicotomia entre América e a Europa e priorizava a proximidade com os Estados Unidos e buscava o prestígio europeu, ao passo que a América do Sul era colocada em segundo lugar. Além disso, pontuavam que a diplomacia das oligarquias não contava com um planejamento de acordo com o propósito alinhado à época por Bernardes, no que se refere ao assento permanente

¹⁹ UNRIC. Saiba mais sobre a Assembleia Geral das Nações Unidas. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://unric.org/pt/saiba-mais-sobre-a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/>. Acesso em: 11 set. 2022.

no Conselho. (Garcia, 2011). Em razão da negativa ao pleito, Bernardes decidiu se retirar da Liga das Nações²⁰ com a justificativa do “rechaço à pretensão brasileira de se tornar membro permanente do Conselho e com uma postura de “vencer ou não perder” (Garcia, p. 81, 2011), e de saída ainda ordenou o veto ao ingresso da Alemanha ao Conselho, o que logrou críticas coletivas de governos e da opinião pública tanto dentro quanto fora do país, deixando o Brasil em uma situação bastante frágil.

Contudo, mesmo fora da organização, o Brasil se manteve envolvido com as atividades da Liga das Nações, acompanhando atentamente as conferências e os trabalhos na área técnica relacionados direta ou indiretamente à organização. Como exemplo, podemos citar a anuência do Brasil aos atos conclusivos da Conferência para a Codificação do Direito Internacional que foi realizada em Haia, em 1930, sob a indicação da Liga, ou a participação de Epitáfio Pessoa como juiz na Corte Permanente de Justiça Internacional, que culminou no direito dado ao Brasil para participar das eleições para o preenchimento de vagas de novos juízes da Corte, mesmo não sendo Estado-membro da Liga das Nações.

O Brasil ainda se manteve presente e próximo de diversas entidades internacionais, integrando a União Pan-americana em Washington, a Corte Permanente de Arbitragem em Haia, a União Postal Universal em Berna e a Organização Internacional do Trabalho em Genebra (OIT), da qual não deixou de ser membro, uma vez que fazia parte desde 1931, e nem de cumprir com seus compromissos com a organização, o que fez com que o Brasil fosse reeleito em 1937 para o Conselho de Administração da OIT.

Diante de muitos conflitos internos, baixa credibilidade e dedicação à organização, a Liga das Nações sucumbiu, deixando de funcionar em 1939. Deflagra-se então a Segunda Guerra Mundial e com ela “A eclosão do conflito enterrou muitas das esperanças depositadas na diplomacia multilateral, mas não por muito tempo”. (Garcia, 2011, p. 84).

Com o fim da Liga das Nações, mas com o desejo de estabelecer a paz no mundo, discussões acerca do assunto se mantiveram perseverantes e o Brasil se manteve presente e ativo nos assuntos e relações internacionais, uma vez que o então presidente do país, Getúlio Vargas (1930-1945), viu no fim da Liga das Nações a chance de o Brasil retornar ao multilateralismo de escopo internacional, levando em conta a possibilidade da criação de outra organização com finalidade de promover a paz mundial.

²⁰ De acordo com o site Politize, “No ano de 1919, ao final da Primeira Guerra Mundial, nasceu o projeto da primeira Organização Internacional de alcance global: a **Liga das Nações ou Sociedade das Nações** – ambos os nomes são oficiais”. < <https://www.politize.com.br/liga-das-nacoes/> > Acessado em 06 de nov. de 2024.

Em meados da década de 1940, o Brasil era um país provinciano com interesse reduzido no espaço internacional, possuía um regime político não democrático, uma sociedade predominantemente rural, uma economia com suporte agrícola e contava com uma força armada modesta e aparelhagem insuficiente.

Os assuntos “guerra” e “reestruturação do mundo” eram tópicos recorrentes nos proferimentos de Vargas, uma vez que os conflitos bélicos afetavam todas as nações direta ou indiretamente, e no Brasil não era diferente, com a economia sendo afetada com o crescimento da inflação e a escassez de alimentos pela necessidade de racionamento.

Com empenho político, o Brasil, ao cooperar de várias formas possíveis com as organizações e países que estavam à frente das ações para a criação de um órgão que promovesse a paz no mundo, finalmente, em 1945, assinou a Carta das Nações Unidas e se tornou um dos membros fundadores das Nações Unidas.

Atualmente, a ONU possui 193 membros e é a mais importante instituição multilateral de vocação universal da modernidade por seu caráter acolhedor, uma vez que abriga a pluralidade de povos e culturas, como afirma Schmitz (2017).

Um dos órgãos mais importantes da ONU é o Conselho de Segurança. Trata-se do mais importante órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional. Este conselho é integrado por 15 países, dos quais cinco deles são membros permanentes com direito a veto, são eles: China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Em 2022, ocorreu uma nova eleição e cinco países foram eleitos para servir como membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU, são eles: Equador, Japão, Malta, Moçambique e Suíça, com mandato de dois anos junto a Albânia, Brasil, Gabão, Gana e Emirados Árabes Unidos. Porém, como é possível notar, o Brasil segue com um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mesmo sendo um dos países latino-americanos que mais enviou tropas para as missões da paz da ONU. (Brasil, 2024)²¹.

Ainda, o Brasil é o país mais ativo da organização, principalmente, no âmbito da segurança, no envio de tropas militares para atuação nas missões de paz da ONU e se mantém presente no conselho por mais de dez vezes, porém, o fato de o Brasil não ter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU tornou-se um assunto recorrente nas reuniões e debates no âmbito nacional e internacional. Mas, seria benéfico ao Brasil integrar

²¹ BRASIL. **Ministério da Defesa**. Disponível em: < https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz#:~:text=Enquanto%20a%20primeira%20trouxe%20a,atuando%20pela%20ONU%20no%20mundo. >
Acesso em: 11 nov. 2024.

permanentemente o Conselho de Segurança da ONU? Vejamos o que dizem alguns especialistas.

Quando o assunto em relação aos custos e benefícios do ingresso do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas-ONU, as opiniões dos participantes do 8º painel sobre política externa brasileira, realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, se dividem bastante.

O professor Danny Zahreddine, da Pontifícia Universidade Católica-PUC de Minas Gerais afirmou que o

Brasil tem um ‘poder real crescente’, baseado em seus progressos na economia, na energia e em novas tecnologias” e o ‘poder potencial’ do Brasil, representado pela sua biodiversidade, pelo amadurecimento de suas instituições e pelo fortalecimento gradativo de seu poder militar²².

De acordo com o professor, é importante que o país esteja presente no Conselho para atender às demandas atuais: agenda global, meio ambiente e direitos humanos, mesmo sendo os custos altos; segundo ele, faz parte das responsabilidades que um país-potência deve assumir.

Por outro lado, o professor Creomar Lima Carvalho de Souza, de IBMC de Brasília, contesta o ingresso do Brasil no Conselho dizendo que “um dos motivos para a falta de progresso na intenção brasileira está no próprio país. A sociedade civil, ressaltou, não toma parte do processo de escolha das prioridades da política externa” e questiona “Até que ponto essa demanda é tão importante? É realmente uma prioridade?”²³

No entanto, o professor norte-americano Albert Fishlow, do *Center for Brazilian Studies* da *Columbia University*, chamou a atenção para o setor econômico brasileiro, afirmando que o Brasil

já tem forte representação no chamado G-20, onde se debatem as principais questões globais. Por outro lado, previu que, tornando-se membro permanente do Conselho de Segurança, o Brasil terá que gastar muito mais em missões militares em várias partes do mundo²⁴.

O professor acrescenta ainda que não vê “necessariamente grandes vantagens, em comparação às vantagens que o país tem no G-20”, principal fórum de cooperação econômico internacional, ‘no qual o Brasil tem mais possibilidades de influência. O Itamaraty prefere que

²² SENADO FEDERAL. **Custos e benefícios do ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU dividem especialistas.** Brasília, 6 jun. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/06/06/custos-e-beneficios-do-ingresso-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu-dividem-especialistas>. Acesso em: 4 maio 2023.

²³ Idem.

²⁴ Ibidem.

o Brasil seja membro permanente, mas para o Brasil como um todo não me parece que seja uma vantagem”²⁵.

Ao longo dos debates sobre essa matéria, muitos parlamentares e estudiosos posicionam-se a favor de que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, outros, ao contrário, veem esse ingresso com grandes responsabilidades e investimentos financeiros, e há também os que acreditam que a inserção do Brasil no Conselho de Segurança da ONU é apenas uma questão de tempo.

De modo geral, esse assunto é sensível ao Brasil e mobiliza opiniões a favor e contra, fora e dentro da organização pelos países que integram a ONU.

No item seguinte vejamos a relação da ONU com o Brasil no que tange as ações promovidas pela organização no país.

1.4 A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU e a sua relação com o Brasil

Como dito em outros momentos, tradicionalmente, o Brasil é o primeiro a discursar nas Assembleias Gerais das Nações Unidas-ONU, seguido pelos Estados Unidos e demais países associados, levando em conta a relevância de cada representante. Um critério que se consolidou apenas na décima Assembleia, em 1955. Nem sempre o Brasil foi o primeiro a discursar, em 1983 e 1984, o então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, discursou antes do representante brasileiro, o ministro das Relações Exteriores do governo João Figueiredo, Ramiro Saraiva Guerreiro. Historicamente, existem algumas especulações quanto ao fato de o Brasil ter se tornado o primeiro a discursar nas assembleias da ONU. Vejamos abaixo três possíveis razões, segundo o site UOL²⁶.

A primeira suposição refere-se à disponibilidade do Brasil durante os primeiros encontros, uma vez que outros países não se disponibilizavam a falar na assembleia e, por esta razão, o Brasil se voluntariou como orador em 1949, 1950 e 1951. Por esse gesto, em 1955, a organização oficializou o Brasil como o país que abriria os debates gerais, ou seja, o Brasil seria o primeiro país a discursar na Assembleia Geral da ONU.

Outra suposição que talvez explique a razão de o Brasil ser o primeiro a discursar se dá pelo reconhecimento dispensado ao brasileiro Osvaldo Aranha, que presidiu em 1947 a

²⁵ Ibid.

²⁶ UOL NOTÍCIAS. **Por que Brasil é o 1º a discursar na Assembleia Geral da ONU? Há 3 teorias.** São Paulo, 19 set. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/09/19/por-que-brasil-e-o-1-a-discursar-na-assembleia-geral-da-onu-ha-3-teorias.htm>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Primeira Sessão Especial da Assembleia, na qual se aprovou a criação do Estado de Israel e apoiou a solução de dois Estados, garantindo que a votação não fosse suspensa, o que rendeu elogios ao brasileiro emitidos por diversos países, sugerindo até que ele fosse candidato ao Nobel da Paz.

Por fim, a terceira possível explicação seria a de que o ato de discursar primeiro cairia como uma espécie de “prêmio de consolação”, tendo em vista a sugestão de que o Brasil integrasse o Conselho de Segurança, porém, Churchill e Stalin vetaram a proposta, afirmando e reconhecendo a ascendência do referido país na América Latina, naquela época, segundo o professor e coordenador do curso de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Matias Spektor.

Atualmente, o Brasil permanece como o primeiro país a discursar nas Assembleias Gerais das Nações Unidas-ONU. Composta de 193 Estados-membros, a ONU tem sua sede própria em Nova Iorque, EUA. As línguas oficiais no espaço de enunciação da ONU são: o árabe, o chinês, o espanhol, o russo, o francês e o inglês.

A missão e o ponto de vista da Organização das Nações Unidas-ONU são descritos e brevemente explicados no preâmbulo²⁷ da *Carta das Nações Unidas*, bem como a sua função no mundo. Vejamos:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESSES OBJETIVOS. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e

²⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: Organização das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.

Inicialmente, os países instituidores propuseram elaborar uma organização que pudesse impedir os conflitos bélicos armados com dimensão mundial, porém, a Organização das Nações Unidas-ONU foi se transformando em uma instituição mais profusa e relevante, cujas pautas se constituem desde a criação de leis internacionais até a defesa dos direitos humanos.

O Brasil é membro fundador da Organização das Nações Unidas e dispõe da presença fixa das Nações Unidas, com sede em Brasília, no Rio de Janeiro e em Salvador, desde 1947. A ONU é representada por agências especializadas, fundos e programas que executam suas tarefas em função de seus mandatos específicos, assim, a forma de cooperação com o Brasil muda de uma agência para outra, uma vez que as agências executam no país as atividades apontadas por seus respectivos mandatos e agem em áreas específicas, coordenadas e em consonância com o governo das três esferas – federal, estadual e municipal, com a iniciativa privada, instituições de ensino, ONGs e sociedade civil brasileira, primando sempre pelo avanço humano equitativo.

De modo geral, o Sistema ONU é um tanto quanto complexo. Possui 15 agências especializadas, entidades independentes vinculadas à ONU mediante acordos especiais que se reportam ao Conselho Econômico e Social ou à Assembleia Geral. São agências que atuam em áreas como finanças, agricultura, saúde, telecomunicações, aviação civil, dentre outras.

O Sistema da ONU no Brasil tem o objetivo de colaborar com o progresso humano sustentável, a melhoria do país e o combate à pobreza, além do mais, prima também em cumprir a sua missão de alinhar suas funções às exigências de um país dinâmico, multifacetado e diversificado.

Vejamos no próximo item as relações entre Brasil / ONU.

1.5 Relações Brasil – ONU

O Brasil é um dos 51 membros fundadores das Nações Unidas, criada em 1945. A Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York é representar o país nas principais áreas de atuação da Organização: paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

Nessa linha, para estabelecer um planejamento e a implementação das atividades de desenvolvimento do Sistema ONU no país, é necessário que seja elaborado pelo país anfitrião um Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Desse modo, buscando estabelecer soluções para desafios e dificuldades em primazia ao desenvolvimento humano e ao desenvolvimento sustentável, é apresentado no site *Nações Unidas Brasil*²⁸ as seguintes pautas a serem discutidas:

1. Direitos Humanos das Mulheres;
2. Trabalho escravo;
3. Adolescência, juventude e redução da maioridade penal;
4. Trabalho infantil: Uma agenda rumo ao cumprimento das metas de erradicação;
5. Avanços e desafios da proteção aos refugiados no Brasil;
6. A inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil: Uma agenda de desenvolvimento pós-2015;
7. População e Direitos: Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) para além de 2014;

E a agenda que o Brasil deve atingir até 2030 com a contribuição da Organização das Nações Unidas-ONU²⁹ é:

1. *Erradicação da pobreza*: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. *Fome zero e agricultura sustentável*: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. *Saúde e Bem-Estar*: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
4. *Educação de qualidade*: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
5. *Igualdade de gênero*: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. *Água potável e saneamento*: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
7. *Energia limpa e acessível*: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos;
8. *Trabalho decente e crescimento econômico*: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;

²⁸NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre a ONU**. [S. l.]: Nações Unidas Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un#:~:text=Direitos%20Humanos%20das%20Mulheres,cumprimento%20das%20metas%20de%20erradica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 maio 2023.

²⁹ Idem.

9. *Indústria, inovação e infraestrutura*: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. *Redução das desigualdades*: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. *Cidades e comunidades sustentáveis*: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. *Consumo e produção responsáveis*: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. *Ação contra a mudança global do clima*: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
14. *Vida na água*: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. *Vida terrestre*: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;
16. *Paz, Justiça e Instituições Eficazes*: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
17. *Parcerias e meios de implementação*: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

É a partir desta agenda que a ONU, mediante o trabalho de instituições financeiras ligadas à Organização, como o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial, dentre outras instituições, contribui com o Brasil no processo de fomentar relações cordiais entre as nações, bem como promover o progresso social, econômico e ambiental para o estabelecimento de melhores padrões de vida e direitos humanos para todos que vivem no Brasil.

Em contrapartida, o Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas, financia as demandas de ações da ONU, principalmente, no âmbito da segurança, como já vimos acima.

A partir da criação da ONU, criou-se e oficializou-se a missão Operações de Manutenção de Paz, designada pelo Departamento de Operações da Paz (DPO) para solucionar conflitos e conta com a participação das forças armadas brasileira que se encontram em diferentes regiões do mundo colocando à disposição, aproximadamente, 90 mil militares para intervirem de forma pacífica e promover ou manter a paz nas regiões conflituosas.

Desde 1947, dentre as ações que visavam à manutenção da paz e as políticas especiais, o Brasil já atuou em mais de 50 missões junto à ONU e apoiou as ações com a disponibilização de aproximadamente 60 mil militares e policiais. Dados que mostram a eficácia da participação do Brasil nas missões de paz em vários países do mundo.

Em 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) criou a “Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança” favorecendo a atuação feminina em Missões de Paz na ONU. Em razão disso, o Brasil vem trabalhando para ampliar o efetivo feminino nas mais variadas funções nas Forças Armadas “buscado cumprir os percentuais de gênero definidos pela ONU e sendo alvo de reconhecimento em razão do desempenho alcançado”, conforme exposto no site do Governo, sobre “Missões de Paz”³⁰. Além disso, desde 2015, o Brasil comanda a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas da República Democrática do Congo visando enfrentar facções e grupos armados ilegais para estabelecer a Paz mundial e, para isso, o Brasil enviou cerca de 57.700 militares para missões de paz da ONU.

Assim, é importante ressaltar também que o histórico de atuação ativa do Brasil junto à ONU conta com um total de 42 soldados mortos em atividade militar, no desempenho de sua função nas *peacekeeping*³¹, em proteção à ONU. É notório que o Brasil com a sua presença constante e atuação ativa vem se destacando cada vez mais no cenário de operações de paz junto à ONU. Atualmente, militares brasileiros encontraram-se em 09 missões das Organizações Unidas em todo o globo.

A participação do Brasil tem uma grande relevância junto à ONU, uma vez que se trata de um país considerado como pacífico e com prestígio internacional por sua boa relação internacional, contribuindo com as ações operacionais de manutenção da paz em países que se encontram em conflito ou em fragilidade humanitária, dentre outros aspectos.

Em linhas gerais, exibimos neste capítulo o percurso histórico-político de Jair Bolsonaro desde sua atuação como Deputado Federal até a sua chegada à presidência do Brasil, em 2018, e o percurso histórico da Organização das Nações Unidas-ONU, da criação e a sua relação com o Brasil. Esta contextualização se faz necessária uma vez que tomamos como *corpus* de análise o texto-pronunciamento da abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, proferido por Jair Bolsonaro, em 22 de setembro de 2020.

Embora a exposição do percurso histórico do objeto de pesquisa seja importante neste processo, no momento das análises do *corpus*, os dados cronológicos/históricos são tomados de uma forma particular, que se dá sob o olhar da teoria à qual nos filiamos nesta pesquisa.

³⁰BRASIL. **Ministério da Defesa. Missões de Paz.** [S. l.]: Ministério da Defesa, [2022?]. Disponível em: <[³¹Segundo a autora da obra **As nações unidas e a manutenção da paz**, Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto, *peacekeeping* consiste nas atividades realizadas pelas Nações Unidas e outros atores para criar e manter condições que favoreçam a paz duradoura em áreas de conflito.](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz#:~:text=Ao%20todo%2C%20o%20Brasil%20j%C3%A1,militares%20para%20a%20paz%20mundial.>https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz#:~:text=Ao%20todo%2C%20o%20Brasil%20j%C3%A1,militares%20para%20a%20paz%20mundial.>”. Acesso em: 04 maio 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Para a Semântica do Acontecimento, “a História não é, nesta perspectiva, sucessão, é convivência de tempos diferentes em um presente” (Guimarães, 1998, p.113). O sentido de um enunciado é efeito de sua enunciação, segundo as condições histórico-enunciativas em que aparece. O acontecimento de linguagem produz em uma ordem específica uma temporalidade própria que constitui um presente, um passado e um futuro, sendo que “o acontecimento não se dá no tempo, ele constitui uma temporalidade pela qual ele significa” (Guimarães, 2004, p. 12).

Diante disso, no próximo capítulo, veremos os aspectos teóricos-metodológicos da Semântica do Acontecimento que serão mobilizados nas análises.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Eduardo Guimarães, na década de 70, se reconhece como semanticista e reforça a legitimidade nos estudos acerca da linguagem, de um espaço de demandas muito específicos, no qual percebe os conceitos de sentido e significação como sendo pertinentes aos estudos semânticos-enunciativos (Guimarães, 2005). Assim, sob a influência e reflexões teóricas em comum com Michel Bréal, Émile Benveniste, Oswald Ducrot e outros estudiosos, Guimarães desenvolve estudos acerca da significação pelo viés enunciativo.

A seguir, faremos uma breve incursão sobre esses linguistas citados, começando por Michel Bréal.

2.1 Bréal e a fundação da Semântica

Bréal se referiu à semântica pela primeira vez no artigo intitulado *Les Lois intellectuelles du langage. Fragment de Sémantique*, publicado em 1883 e, posteriormente, no livro *Ensaio de Semântica*, em 1897. É considerado o precursor no estudo da significação e do sentido das palavras e do estudo de como os nomes são dados às coisas.

Com a publicação da obra *Ensaio de Semântica*, em 1897, Bréal atribui à Semântica o *status* de disciplina linguística e a institui “como disciplina das significações, que de um certo modo a configura como uma linguística geral. Ou seja, para ele não há como tratar a linguagem sem considerar a significação” (Guimarães, 2005, p. 14).

Segundo Guimarães (2005, p. 16), a Semântica para Bréal é uma “disciplina linguística, ou uma linguística, que considera a linguagem como fenômeno humano, portanto, histórico”.

A semântica surge e rompe com a posição naturalista que tomava a linguagem como um organismo, como um quarto reino da natureza, conforme disposto no *Curso de Linguística Geral* (1916) de Ferdinand de Saussure.

Outro aspecto tratado por Bréal é a subjetividade na linguagem. O referido autor reflete “como o aspecto subjetivo da linguagem é representado por palavras, membros de frases, formas gramaticais e pelo plano geral da língua” (Idem). Em vista disso, Bréal afirma que “O elemento subjetivo é a parte mais antiga da linguagem” e que “[...] a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens” (Bréal, 2008, p. 156). Além do mais, “A linguagem é um ato do

homem: ela não tem realidade fora da atividade humana. [...] Tudo, na linguagem, vem do homem e se endereça ao homem” (Bréal, 2008, p. 195).

As línguas possuem aspectos específicos e próprios que expõem os elementos subjetivos, aspectos que estão ligados à vontade. Segundo Guimarães (2005), a linguagem marca e provoca a difusão da personalidade humana, porque “quando se fala, quem fala intervém no drama que é a linguagem à maneira como fazemos nos sonhos” (p.17). É nesta direção que a “Semântica se constitui como uma disciplina histórica, por se considerar que a linguagem é feita de signos, ou seja, que seu caráter fundamental é simbólico e não natural” (Guimarães, 2005, p. 17).

Os estudos de Bréal voltados para as ciências da significação e as questões relacionadas à subjetividade da linguagem foram muito importantes, servindo como ponto de partida para a construção do conceito de enunciação que se apresentaria em trabalhos futuros.

2.2 Benveniste e a complexidade da enunciação

Outro linguista importante para os estudos de Guimarães foi Émile Benveniste, um linguista histórico e grande estudioso das línguas indo-europeias, que produz, entre outros estudos, trabalhos que dão o sentido de “uma semântica histórica de caráter estruturalista saussuriana, e feita sobre o conceito de signo” (Guimarães, 2005, p. 45). Seus estudos mais conhecidos são: os artigos reunidos na obra *Problemas de Linguística Geral I* (1966) e *Problemas de Linguística Geral II* (1974), nos quais Benveniste tratou de aspectos voltados tanto para a história da linguística quanto da descrição de língua. Nestas produções, o autor trata ainda da subjetividade na linguagem, a partir da retomada do que produziu Bréal a respeito do elemento subjetivo.

Benveniste tomou o estruturalismo como base para reflexões a respeito da significação. O referido autor destacou fatores da língua que não poderiam ser estudados sem levar em consideração a língua em funcionamento.

No que concerne à linguagem, no artigo *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste (2005, p. 289) diz que a linguagem é a “possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão”. A linguagem sugere “formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se, ao mesmo tempo, a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*” (Idem).

Quando o locutor enuncia *eu*, institui-se a subjetividade do sujeito no enunciado, pois é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” e “a ‘subjetividade’ é

a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. Ou seja, é no *Eu* que se diz *eu* que se encontra o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa”. A linguagem possibilita que cada locutor se exiba como *sujeito*, se direcionando a ele mesmo como *eu* no seu discurso (Benveniste, 2006). Neste processo, há o deslocamento de locutor para sujeito, um sujeito que se dá na e pela enunciação, se constituindo um sujeito da enunciação.

Para Benveniste (1974), os aspectos enunciativos integram dois modos de significância: o semiótico e o semântico. “Todo estudo semiótico, em sentido estrito, consistirá em identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios cada vez mais sutis da distintividade” (Benveniste, 2006, p. 65) e o modo semântico diz a respeito dos “problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens. [...] não é uma adição de signos que produz sentidos, é, ao contrário, o sentido (o ‘intencionado’), concebido globalmente, que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS” (Idem).

Com isso, Benveniste (2006, p. 66) diz que a diferença entre estes dois modos de significância, na prática da linguagem, se dá ao considerar que “o semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO”.

Benveniste é considerado o primeiro linguista a sistematizar o modelo de análise da língua voltado para a enunciação. Sabendo que Saussure não se ocupa da mediação entre a língua e a fala, o referido autor busca compreender a distinção entre a língua e seu funcionamento, e como o percurso virtualizado da língua se materializa através da linguagem.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste elabora a teoria da enunciação e dá início a sua reflexão acerca das condições do “emprego das formas” que, na sua compreensão, não são “idênticas às condições de emprego da língua” (Benveniste, 2006, p. 81).

Apesar de Benveniste ter proposto sua compreensão a respeito da enunciação em textos anteriores, é em *O aparelho formal da enunciação* que o autor apresenta a definição de enunciação como a conhecemos hoje, como sendo a enunciação “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2006, p. 82). Logo, a língua sem a enunciação é apenas uma possibilidade. “Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor [...] o locutor que se apropria do aparelho formal da língua e enuncia” (Idem, p. 83-84).

Deste modo, as formas sonoras da língua que alcançam o ouvinte promovem outra enunciação de retorno. Assim, a enunciação faz emergir os “índices de pessoa (a relação eu-

tu)”³² que se dá na e pela enunciação, “o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (Ibdem, p. 84). Esta relação entre o *eu-tu* constitui a enunciação que se caracteriza a partir da “acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (Benveniste, 2006, p. 87).

2.3 Ducrot e a enunciação como acontecimento

Com base no trabalho saussureano e orientado pelas ideias de Benveniste, Oswald Ducrot situa seus estudos no interior da Linguística da Enunciação. Ducrot é mais um dos linguistas que Guimarães visita para elaborar e desenvolver seu próprio percurso teórico.

No texto *Estruturalismo, Enunciação e Semântica* (1987), Ducrot afirma que a “semântica linguística deve ser estrutural” e “o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação” (Ducrot, 1987, p. 67). Nesse sentido, Ducrot (1987, p. 168) diz que a “realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois”. Assim, esta manifestação repentina é o que Ducrot intitula de enunciação, que se dá no acontecimento do dizer.

Na *Teoria Polifônica da Enunciação*, Ducrot questiona o pressuposto da unicidade do sujeito falante, formulado por Benveniste. Para o autor, a polifonia é definida como “o fenômeno que possibilita ao locutor apresentar diferentes pontos de vista em um determinado enunciado” (Flores, 2009, p. 188). Ou seja, o sentido de um enunciado se dá na descrição de sua enunciação. Esta enunciação se constitui por vozes distintas que constitui diferentes figuras enunciativas. Portanto, em oposição à ideia de unicidade do sujeito apresentada por Benveniste, Ducrot diz que “o autor de um enunciado (sujeito empírico) não se expressa diretamente, mas o faz por meio da figura de um locutor (sujeito discursivo), que apresenta diferentes vozes, [...] cuja origem são os enunciadores” (Idem).

Para se chegar a esta definição, Ducrot se ancora no conceito de polifonia elaborado por Bakhtin que diz que “várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre ela seja preponderante e julgue as outras; trata-se do que ele chama, em oposição à literatura clássica ou dogmática, a literatura popular, ou ainda carnavalesca” (Ducrot, 1987, p. 161).

³² Fonte: Problema de Linguística Geral II (Benveniste, 2006, p. 84).

No texto *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, Ducrot atribui três propriedades que se encontram no mesmo sujeito. A primeira propriedade consiste no sujeito “dotado de toda atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado” (Ducrot, 1987, p. 178); a segunda propriedade consiste em o sujeito “ser autor, a origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado [...]. O sujeito é aquele que ordena, pergunta, afirma etc.” (idem) e a terceira propriedade “a de ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa” (ibidem).

Ainda em *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, Ducrot defende a tese de que “é necessário distinguir entre estes sujeitos pelos menos dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores” (Ducrot, 1987, p. 182). O locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (Idem). Ducrot distinguiu o locutor (ser do discurso) do sujeito falante (ser empírico) e no interior da própria noção de locutor, o autor distinguiu o “locutor enquanto tal” (L) e o “locutor enquanto ser do mundo” (λ), sendo L o responsável pela enunciação e o λ o ser do mundo.

Quanto ao enunciador, Ducrot (1987, p. 192) os intitula como “seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista”.

O pensamento de que a descrição da enunciação é constitutiva do sentido dos enunciados, e não daqueles que diz, elaborada por Ducrot, atrai muitos estudiosos que partilham da mesma opinião que o autor. Com isso, além dos estudos referentes *A Teoria da Argumentação na Língua*, elaborado por ele e Jean-Claude Anscombre, há outros mais atuais como a *Teoria dos Blocos Semânticos*, desenvolvida junto a Marion Carel, que diz que a amostra de análise da enunciação se ampara na tese de que o sentido de um enunciado é genuinamente argumentativo, pois “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações” (Ducrot, 2009, p. 23).

2.4 Guimarães e os estudos semânticos-enunciativos no Brasil

No Brasil, Eduardo Guimarães é o precursor nos estudos da Semântica da Enunciação. O semanticista está há mais de 40 anos se dedicando à pesquisa e ao desenvolvimento de uma semântica que considera respectivamente a língua, a história e o sujeito que enuncia.

Em 1987, Guimarães publica o livro intitulado *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Uma obra na qual o autor propõe reexaminar e alterar os “estudos feitos sobre as conjunções. [...] propondo alterar sua classificação e melhor especificar seu papel no funcionamento da linguagem, mostrando que a noção de ‘ligar orações’ deve ser problematizada e melhor qualificada” (Guimarães, 2002, p. 07). Assim, Guimarães toma as conjunções, não pelo viés sintático, levando em conta apenas conectores. O autor considera as conjunções como operadores argumentativos.

Trata-se de um estudo que se dá em uma perspectiva semântico-enunciativa que “incorpora o retórico (o argumentativo) e se faz como uma semântica histórica (isto não quer dizer diacrônica)” (Idem). Tem-se de um lado a análise de discurso e a linguística textual, e de outro a semântica formal, constituindo-se “dois polos de interlocução constantes deste trabalho” (ibidem).

Na semântica que Guimarães aborda nesta obra deve-se considerar “a representação do sujeito na constituição do sentido” (Guimarães, 2002, p. 11-12) e a construção do “conceito de texto que se articule a este conjunto de preocupações” (Idem), preocupações relacionadas à elaboração de uma abordagem semântica que “pretende abrir uma relação com a análise do discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito” (Guimarães, 2002, p. 11), mas, também “que o sentido de uma sequência linguística inclui, sempre, a representação do sujeito da enunciação” (Guimarães, 2002, p. 12).

Assim, ao definir enunciação, Guimarães se vale do que Ducrot diz a respeito da enunciação, que é “o evento histórico do aparecimento do enunciado” (Guimarães, 2002, p. 12). Uma definição que propõe o distanciamento do sujeito do dizer, o que consente que a enunciação seja tomada a partir da concepção da “representação do sujeito da enunciação” (idem).

Quanto ao conceito de texto, a partir da articulação com a análise do discurso, Guimarães o define “como uma unidade empírica com começo, meio e fim” (Guimarães, 2002, p. 13) que deve “ser pensada no processo discursivo. E nesta perspectiva podemos dizer que o texto é atravessado por várias posições do sujeito, sendo, também, uma dispersão de discursos” (Idem), sendo esta dispersão o que permitirá pensar sentidos outros suscetíveis de serem produzidos.

Para Guimarães, o sentido são efeitos de sua própria enunciação representados no enunciado, e nestas representações são incluídas a orientação argumentativa e a representação do sujeito da enunciação. A representação do sujeito das enunciações refere-se à “representação de papéis diferentes do sujeito” (2002, p. 19) dentro do enunciado. Estas representações diversas do sujeito dentro do enunciado são consideradas por Guimarães como polifonia, um conceito incorporado em seus estudos a partir dos estudos de Bakhtin.

Guimarães acredita que a enunciação deve ser ponderada sem ter em conta o sujeito, isso porque o sujeito se exprime de diversas maneiras no enunciado, o que configura a sua natureza polifônica, que dispõe de um sujeito da enunciação que se distribui em Locutor, locutor-x, Alocutário, alocutário-x e enunciadores.

Quanto à orientação argumentativa, Guimarães (2002, p. 25) diz que orientar argumentativamente “é apresentar A como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir C. O que leva à conclusão é o próprio A, ou seja, é tomado como uma regularidade do sentido do enunciado a representação de sua enunciação como orientada argumentativamente” e para este processo, Guimarães toma as conjunções como mecanismos linguísticos internos ao texto que são primordiais para a construção da unidade de sentido e da argumentação. Nessa linha, é a direção argumentativa a condição que fará com que o sentido predominante seja demarcado, diante de uma unidade que possibilita a produção de vários sentidos e que dispõe do atravessamento de diferentes posições sujeito.

Em 1995, foi publicada a obra *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, no qual o autor reflete sobre a historicidade como o principal elemento no processo enunciativo.

Sob a influência dos estudos de Benveniste e Ducrot, Guimarães define a Semântica Histórica da Enunciação como um “espaço que procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (Guimarães, 2005, p. 66).

A partir do conceito de enunciação trazidos por Benveniste em *O Aparelho Formal da Enunciação* e por Ducrot em *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, Guimarães recorre à Análise de Discurso, mobilizando os conceitos de discurso e interdiscurso, e formula o seu conceito de enunciação como sendo “o lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade” (Guimarães, 2005, p. 68).

Estes três aspectos teóricos também contribuíram para que Guimarães refletisse acerca da relação do sujeito com a língua, o acontecimento e o interdiscurso³³. A partir disso, o semanticista define a enunciação como “um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento” (Guimarães, 2005, p. 70).

Ao dizer sobre o acontecimento, Guimarães se refere ao dizer que se constitui por uma temporalidade característica da enunciação, “[...] é um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso” (Idem). A temporalidade se dá no acontecimento que se constitui do presente da enunciação, que abre para uma latência de futuro e recorta um passado de enunciações já realizadas, constituindo o sentido do que é dito.

Em 2002, Guimarães publicou a primeira edição da obra *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação* na qual o autor apresenta a sua configuração acerca da semântica do acontecimento com reflexões sobre os nomes e seus sentidos, a partir de uma concepção enunciativa e histórica da linguagem.

Nesta direção, o que interessa ao semanticista é o estudo acerca do funcionamento dos nomes, em específico da designação. Para Guimarães (2017, p. 12), a designação poderia ser chamada de significação de um nome. “Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”.

Guimarães também pontua a respeito da enunciação enquanto acontecimento de linguagem, e define enunciação como “um funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito” (Guimarães, 2017, p. 15).

Quanto à definição do acontecimento de linguagem, o autor diz que há quatro elementos que são decisivos para este processo. O primeiro é a língua, o segundo é o sujeito, o terceiro é a temporalidade e o quarto é o real. Diante disso, o acontecimento não deve ser considerado um fato *no tempo* e nem como “um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no tempo*” (Guimarães, 2017, p. 16), o que caracteriza o acontecimento, nesta teoria, é a sua temporalização, uma vez que o acontecimento temporaliza, porque “instala sua própria temporalidade” (Idem). Ou seja, o acontecimento “se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável” (Ibidem).

³³ “Interdiscurso é a relação de um discurso com o outros discursos” (Guimarães, 2005a, p. 66).

Portanto, é possível notar que, nesta teoria, o sujeito não é central, mas sim o acontecimento que se dá no espaço de enunciação, “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (Guimarães, 2017, p. 25).

Em 2018, depois de um longo percurso de estudos, análises e reflexões, Guimarães publica a obra *Semântica: enunciação e sentido* apresentando suas influências e posição enquanto semanticista, além de sua relação com os estudos enunciativos, mas, principalmente, os resultados de um percurso reflexivo da semântica da enunciação que culminou nos ajustes teóricos e metodológicos dos conceitos apresentados na obra *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação* (2002).

Na obra publicada em 2018, Guimarães propõe a definição de semântica “como uma disciplina científica que estuda a significação da linguagem” (Guimarães, 2018, p. 13); a definição de significação como sendo “o que se apresenta por aquilo que se diz” que se dá pela enunciação, “por alguém, de algum lugar material de linguagem específica” (2018, p.14); a definição de enunciação que se dá como sendo “o que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua” (idem), logo, enunciar é produzir significação no acontecimento de linguagem e, por fim, a definição de língua que Guimarães caracteriza como “um conjunto de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente” (Guimarães, 2018, p. 15). A língua é considerada não abstrata, histórica e exposta como prática humana que se dá “por relações que fundamentam o funcionamento desta prática cuja característica é a de produzir significações: a linguagem” (Guimarães, 2018, p. 22).

Na obra *Semântica: enunciação e sentido*, Guimarães faz uma adequação terminológica e a partir daí a significação é posta como a “palavra para o conceito geral, objeto da semântica” (Guimarães, 2018, p. 17) e que o “sentido é a palavra para a significação dos enunciados” (Idem). Diante do exposto, o sentido do enunciado se constitui ao integrar o texto, e a significação se estabelece por esta integração.

Na referida obra, Guimarães apresenta a cita o termo sondagem e o chama de “um procedimento de trabalho [...] procedimento geral de análise” (Guimarães, 2018, p. 75) que “se caracteriza por encontrar, por exemplo, um enunciado, em um recorte do acontecimento de enunciação, e explorar este enunciado enquanto elemento deste recorte” (Idem).

O procedimento de sondagem se “caracteriza por ser um modo de ‘eleger’ enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta, de uma questão, e em seguida proceder a uma descrição e análise de seu funcionamento” (Ibidem), se valendo de categorias semântico-

enunciativas. Quanto ao recorte, sob influência da AD, Guimarães reconfigura o conceito e o traz para a semântica enunciativa, dizendo que o recorte se refere a “um fragmento do acontecimento da enunciação” (Guimarães, 2018, p. 76).

Guimarães destaca a cena enunciativa como uma categoria de análise metodológico-descritiva; o político que a constitui por ser próprio do agenciamento do falante e também o aspecto politópico da enunciação, uma vez que a cena enunciativa se “configura por uma divisão de lugares da enunciação” (Guimarães, 2018, p. 58) e apresenta também a nova configuração da nomeação das figuras da cena enunciativa que se divide entre Locutor e o alocutor-x, e a relação de alocação que se estabelece entre Locutor (L) e Locutário (LT), e entre alocutor (al) e alocutário (at).

Em um dado momento da obra, Guimarães apresenta reflexões acerca da argumentação e da argumentatividade, pelo viés do acontecimento enunciativo e das relações entre as figuras da enunciação.

Para o autor, a argumentação significa no acontecimento e “é a sustentação que um *eu* faz a um *tu* relativamente a *algo* sobre que fala” (Guimarães, 2018, p. 97). Assim, “a argumentação se constitui por um agenciamento, produzido pelo agenciamento do falante na cena enunciativa, que estabelece uma relação *eu-tu*, em virtude de uma relação da enunciação com aquilo de que se fala” (Guimarães, 2018, p. 98). A relação eu-tu da argumentação a qual o autor se refere é a relação entre o alocutor (al-x) e alocutário (at-x).

A argumentação se dá no funcionamento semântico do acontecimento no momento em que o alocutor ao apresentar o enunciador “sustenta uma conclusão a partir de uma articulação de lugares de dizer diferentes que a apresentação do alocutor faz significar diferentemente (o dizer do E-univ significa diversamente que o dizer do E-ind)” (Guimarães, 2018, p. 106). Todavia, a argumentação “não é a sustentação da conclusão por uma relação das palavras com as coisas, nem a relação de um falante (psico-fisiologicamente) caracterizado com o que é dito” (Idem). Segundo o semanticista, “a argumentação é uma relação do lugar social de alocutor sobre o que se diz para um alocutário que se constitui na cena enunciativa” (ibidem). Com isso, a argumentação significa no acontecimento enunciativo, e não busca a persuasão ou o convencimento, mas a “sustentação de uma posição sobre algo que a enunciação significa” (Guimarães, 2018, p. 108).

A argumentatividade, segundo Guimarães (2018, p. 109), “significa segundo um modo de integração dos enunciados ao texto” e “está inscrito no próprio funcionamento da língua um modo de orientar argumentativamente o que é enunciado” (Guimarães, 2018, p. 111). Determinadas formas linguísticas significam uma orientação argumentativa no acontecimento

da enunciação e o que faz significar a argumentatividade é a articulação da língua, que nada tem a ver com a relação das palavras com as coisas (Guimarães, 2018).

Guimarães relaciona a argumentatividade à argumentação e para isso o semanticista retoma os modos de funcionamento semântico do acontecimento enunciativo. Diante disso, de acordo com a Guimarães (2018, p. 118), “a relação de argumentatividade, enunciada do lugar do Locutor, enquanto agenciado pela língua, relaciona-se ao al-x pela alusão que este lugar faz ao Locutor”. Logo, é pela alusão que o alocutor faz ao Locutor e que se estabelece no instante de relação entre a argumentação e a argumentatividade.

2. Noções teórico-metodológica a serem mobilizadas nas análises

2.1 O político

Guimarães (2002) constrói o conceito de político a partir do que é formulado por Orlandi, em 1990, que o define como “relação de confronto”, mas também pela definição que propõe Rancière (1995), ou seja, sob uma abordagem filosófica que se apresenta como *arqui-política*, *para-política* e *meta-política*. A arqui-política fundamentada no pensamento platônico e convertida à política em organização, isto é, o que “se enuncia em Platão em afirmações diretivas como ‘é necessário fazer seu próprio trabalho’ que aparecia já como um artifício retórico que formulava a submissão do povo à distribuição ordenada de papéis sociais”. (Guimarães, 2017, p. 21).

Neste sentido, a política se constituía como “falsa” e, para invalidar essa “falsa política”, a arqui-política se fazia necessária. A para-política é formulada em Aristóteles e busca a todo custo neutralizar o conflito entre pobres e ricos, deixando a entender que a prioridade do governo é manter a pacificação social, enquanto a meta-política “denuncia as mentiras políticas”, tornando-se a política da “manifestação da falsidade”, ou seja, a política que ataca “direitos formulados por instituições sustentadas no conceito de soberania, já que para esta posição tudo o que vem do político é falso”, (Idem).

Guimarães (2017) caracteriza o político como algo que se dá “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (Idem, p. 22). Ou ainda, que “o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (Idem).

Para Guimarães (2017), o político se fundamenta nas relações sociais, uma vez que cada pessoa tem um lugar de dizer socialmente constituído e o conflito se instala porque o homem fala pela relação que há entre línguas e falantes. Desse modo, pensar o político é pensar na contradição que instala o “conflito no centro do dizer” (Guimarães, 2017, p. 23), trata-se de uma contradição que estabelece uma relação de desigualdade que é determinada no dizer.

2.2 O espaço de enunciação e os falantes

O conceito de espaço de enunciação se dá com a compreensão do funcionamento das línguas e de sua relação constitutiva com seus falantes, o que é e como se relacionam as línguas e os seus falantes é imprescindível para se compreender o espaço de enunciação, o que instantaneamente situa o político como pertencente deste funcionamento.

A língua deve tomada como não abstrata, mas histórica, exposta como prática humana e “por relações que fundamentam o funcionamento desta prática cuja característica é a de produzir significações: a linguagem”. (Guimarães, 2018, p.25).

O falante, por sua vez, deve ser entendido como aquele que não se constitui como ser empírico ou psicológico, mas constituído por línguas do espaço de enunciação. O falante dispõe de um lugar enunciação estabelecido pela relação com a língua. Dentro do espaço de enunciação as línguas se relacionam, contemplando e determinando os seus falantes. Com isso, o falante não deve ser considerado pessoa física, mas um “ser” de linguagem, uma figura linguística concebida pela relação de línguas e que constitui os falantes na sua distribuição desigual. Assim, para Guimarães (2018, p. 25),

os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido, falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológicas, ou psíquicas, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

É importante frisar que o acontecimento enunciativo se dá nos espaços de enunciação e por isso é possível considerá-lo como um acontecimento político. Nessa linha, a temporalidade do acontecimento se apresenta pelo movimento da língua que se constitui na relação com línguas e falantes. Desta forma, a temporalidade do acontecimento se “configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade) que sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro)

nada há aí de projeção, de interpretável” (Guimarães, 2005, p. 12). Dito de outra forma, a temporalidade do acontecimento se constitui por um antes, um agora e um depois que funciona produzindo rememorações de já-ditos no acontecimento do dizer, projetando assim uma futuridade enunciativa.

2.3 Cenas enunciativas

A cena enunciativa é um dos conceitos teóricos básicos no processo de análise do *corpus* e se deu pela primeira vez em *Texto e Argumentação* (1987).

A cena enunciativa se configura a partir do lugar de dizer em que cada sujeito da enunciação enuncia e se caracteriza “por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (Guimarães, 2017, p. 31).

Desse modo, a cena enunciativa é um espaço específico que se dá pela distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. “Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para ‘aquele que fala’ e ‘aquele para quem se fala’” (idem). Todavia, trata-se de lugares enunciativos que não são constituídos por pessoas donas de seu dizer, mas pelos dizeres que se dão agenciados enunciativamente. A disposição dos lugares de enunciação se dá pela temporalização que é característico do acontecimento e esta temporalidade marca o acontecimento e fundamenta a cena enunciativa.

Segundo Guimarães (2017, p. 35), a cena enunciativa coloca em jogo “por um lado, lugares sociais de locutor, papéis enunciativos [...]” e, por outro, coloca os lugares de dizer chamados de enunciadores. Os enunciadores são as representações, independentes da história ou fora da história, da existência dos lugares sociais de locutor. Para tanto, tem-se o enunciador-individual, o enunciador-genérico e o enunciador-universal.

Diante da definição do político, Guimarães (2018, p. 50) o caracteriza “pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou sejam atribuindo-lhe sentidos), e recortam o mundo das coisas, significando-as” (Guimarães, 2018, p. 50). Uma definição importante para a cena enunciativa, uma vez que o conflito é próprio do acontecimento da enunciação. Acontecimento da enunciação que constitui a cena enunciativa.

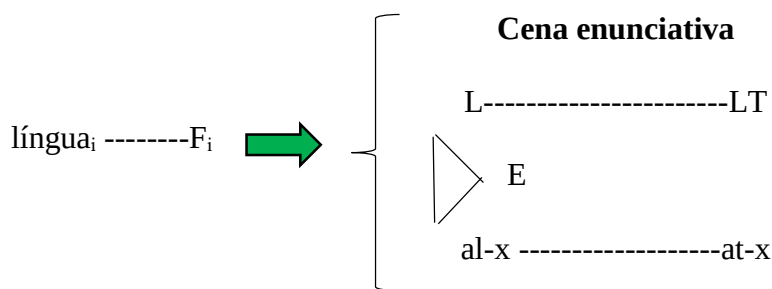
Em um acontecimento da enunciação, o falante é agenciado politicamente, que constitui a cena enunciativa, e produz um agenciamento político da enunciação, que “pode significar de

modo específico o memorável do acontecimento, e as relações entre os lugares da enunciação” (Guimarães, 2018, p. 58).

A cena enunciativa se dá por uma divisão de lugares da enunciação, é o que Guimarães (2018) chama de *politopia*. Trata-se da movimentação entre os lugares da enunciação no funcionamento na enunciação, relacionando-se às formas linguísticas. O funcionamento simultâneo Locutor, alocutor e enunciador, isto é, os lugares de enunciação, admite apreciar como estes lugares se relacionam entre si e com os outros, e como significam e produzem sentidos a partir desta relação.

No esquema a seguir, conseguimos visualizar como ocorre essa relação:

Figura 1 – Espaço de Enunciação



Fonte: Guimarães, 2018, p.61

2.4 As figuras de enunciação

As figuras da enunciação são agenciadas no espaço de enunciação que divide os falantes em: *Locutor (L)*, aquele que se concebe no que diz como origem desse dizer; o *Locutário (LT)* aquele para quem o Locutor enuncia em um acontecimento específico de enunciação; o *alocutor* um outro eu que se apresenta em um acontecimento enunciativo e o *alocutário* para quem o alocutor enuncia.

Sobre a divisão de lugares que constitui a cena enunciativa, temos ainda a figura enunciativa que Guimarães (2018) chama de *enunciador*, que se dá pelo “lugar de dizer que se relaciona com aquilo que diz, e por modos diversos, significando relações diferentes entre o lugar de dizer e o que se diz”. (Guimarães, 2018, p. 63). O enunciador pode se apresentar como quem enuncia a partir de um lugar coletivo no qual o “lugar de dizer se caracteriza por ser a

voz de todos como uma única voz (Guimarães, 2005, p. 38); individual “quando a enunciação representa o Locutor como independente da história”. (Guimarães, 2017, p. 35); universal “quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro ou falso” (Idem) e o genérico “quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos”. (Ibidem).

Os enunciadores tratados por Guimarães se apresentam “como independente da história ou fora da história” (p.35), mas como particular de uma história, ou seja, a enunciação pode se dá a partir do sentido constituído em uma relação entre o enunciador e aquilo que se diz.

Outro aspecto teórico relevante a ser considerado nesta proposta de pesquisa são os procedimentos de construção de sentidos que ocorrem mediante os modos de articulação e de reescrituração no texto.

2.5 O texto

O texto é a forma de funcionamento da língua mais utilizada na sociedade e é a partir dele que o homem se significa, é significado e atribui sentido. O texto se constitui texto porque é gerado por um falante para um ouvinte, em uma situação preestabelecida e com algum propósito.

Na década de 1980, Guimarães e Orlandi dava início aos estudos e reflexões acerca do texto, inicialmente, por um viés que se ancorava teoricamente na Análise de Discurso, na Enunciação e na Argumentação Linguística, o que os levou a tratar o sentido concebido no texto fundamentado na historicidade, no social, no político e na ideologia.

À medida que os estudos e reflexões acerca do sentido e do texto iam sendo aprofundamentos e aperfeiçoados, Orlandi e Guimarães se colocavam cada vez mais distantes da Linguística Textual na qual o texto era definido dentre outras formas "como uma sequência coerente de sentenças" (Marcuschi, [1983] 2012, p. 22), deixando de tomar o texto como evidência e destinando-se a desenvolver e demonstrar como se dá "os processos de produção dos sentidos e sua organização que está relacionada com as condições em que o texto é produzido" (Machado, 2019, p. 30). Assim, os autores colocavam em questão a noção de completude do texto e sua estabilização de sentidos, marcada sempre pela ideia de evidência, de fechado em si mesmo, sem a possibilidade da produção de sentidos outros.

Os estudos de Orlandi e Guimarães trouxeram para o campo da linguagem e dos estudos linguísticos outro olhar, um olhar que fez movimentar a noção estabilizada pelos estudiosos da Linguística Textual, que se sustentavam na organização e construções baseadas nas formas

linguísticas, sintagmas e no contexto, para uma noção mais ampla, que não anulava a anterior, mas abria a reflexão para outras direções.

Dito de outra forma, as pesquisas e reflexões de Orlandi e Guimarães colocaram o sentido como um dos itens principais no processo de construção de um texto, mas, principalmente, no processo de produção de sentidos. Levando-nos a compreender que o texto é uma unidade de sentido, seja ele constituído por palavras, frases ou enunciados.

No decorrer de suas pesquisas, Guimarães (2002) se dedica à análise semântica que tem como unidade de análise o enunciado. Nessa medida, o autor analisa as palavras que constituem o enunciado, tomando-o como texto. Para isso, ele se vale da relação integrativa que desvenda a transição de enunciado para texto.

Segundo Guimarães (2011, p. 26), é a relação integrativa que caracteriza o texto, porque

ele se apresenta enunciativamente enquanto unidade de integração por uma relação com a exterioridade, por uma relação com um lugar social de locutor (o lugar do autor). E é exatamente por isso que a relação de sentido, a relação de integração não é segmental, não se reduz à linearidade, considerar o texto linearmente seria pensá-lo ou como uma unidade empírica, ou como unidade lógica da ordem do Locutor. Esta posição está, de certo modo, ligada à ilusão de evidência.

Ao realizar um estudo enunciativo de uma unidade de sentido integrada por enunciados, isto é, um texto, é necessário que se compreenda que o texto se caracteriza “por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude desta relação” (Guimarães, 2011, p. 20) e esta relação de integração de enunciados faz o texto significar. Já o enunciado é caracterizado pelo autor “como um elemento linguístico que tem tanto sentido, integra texto, quanto forma, é constituído por certos elementos (sintagmas) [...] e apresenta duas características: [...] uma consistência interna e uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram texto” (Idem, p. 21). Desta forma, os enunciados são enunciados em virtude desta integração no texto, por produzirem sentido e por significarem “para além das situações empíricas”.

As relações de articulação e reescrituração, advindas do desenvolvimento da teoria da Semântica do Acontecimento, funcionam na organização dos enunciados e como procedimentos de textualidade. Além do mais, veremos também quão necessários são estes conceitos para a análise de um texto, uma vez que são mecanismos que contribuem para constituir a unidade de sentido do texto, conforme proposto na Semântica do Acontecimento, isto é, enunciados que significam pela relação de integração aos textos, “uma relação de

integração que se configura por dois modos de relação fundamentais: o de articulação e o de reescrituração” (Guimarães, 2018, p. 75).

2.6 A articulação

A articulação é um modo de funcionamento no enunciado que se refere às relações que são “próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afeta outras que elas não redizem. Estes procedimentos enunciativos são próprios de relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles”. (Guimarães, 2007, p. 87-88). Ou seja, a articulação é um procedimento que deve ser utilizado na análise de um enunciado para observar as relações de uma determinada palavra ou as suas reescriturações junto a outras palavras, levando sempre em conta o enunciado inserido em um texto.

Dito de outro modo, a articulação é um “modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento” (Guimarães, 2018, p. 80) que pode ocorrer de três maneiras diferentes:

- a) por *dependência* “que se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento”;
- b) por *coordenação* que consiste naquela “que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes”;
- c) e por *incidência* que corresponde a “relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo” (Idem, p. 81).

Enquanto a reescrituração refere-se ao processo de construção de sentido no texto, a articulação se dá como a análise das relações de sentido no interior do enunciado.

2.7 A reescrituração

No processo de caracterização do texto, Guimarães (2002, 2007) destaca a reescrituração como o procedimento em que a designação de uma determinada palavra acontece. Este procedimento consiste em analisar como uma palavra é reescrita por outras palavras e como este proceder gera outros sentidos no acontecimento enunciativo de um ou

mais textos que se dá pela relação do presente com o passado no acontecimento do dizer. Significando o memorável no acontecimento enunciativo.

Assim, a reescrituração consiste na forma de relação em que a enunciação torna dizer o que já foi dito, significando ao reescriturado um sentido outro. Trata-se de uma operação que significa na temporalidade do acontecimento, ou seja, no presente do dizer.

Segundo Guimarães (2018, p. 93), o processo de reescrituração “liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e mesmos pontos de um texto com pontos de outros textos” e dispõe de modos distintos para a atribuição de sentidos outros a um determinado enunciado.

Desse modo, um termo pode ser reescriturado de variadas formas, vejamos:

- a) *repetição*, que rediz o que foi dito;
- b) *substituição*, que se dá por anáfora;
- c) *elipse*, na qual a expressão é omitida na unidade enunciativa;
- d) *expansão*, em que a expressão é retomada como uma forma de ampliar o que é dito na unidade;
- e) *condensação*, como o próprio nome diz, a unidade é condensada em uma única expressão.

Além disso, a reescrituração³⁴ pode se dá por diversas relações de sentido, conforme exposto abaixo:

- a) pela *sinonímia* na qual “a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outro à qual se liga”, isto é, substitui-se um termo por outro como se fossem iguais ou predica;
- b) pela *especificação* na qual “a reescrituração claramente atribui sentido ao reescriturado pela expressão que o reescritura”, nessa linha, é possível atribuir a um nome próprio elementos de sentido;
- c) pelo *desenvolvimento* em que “uma relação de desenvolvimento pode ser vista pela *expansão*”, assim, ao termo é conferido elementos de sentido que desenvolve/expande/enumera;
- d) pela *globalização/totalização* onde “o totalizador/globalizador determina as partes totalizadas; esta determinação do globalizador/totalizador sobre as partes totalizadas também se dá, no sentido inverso, por *enumeração*”, desse modo, a globalização determina os globalizados e a totalização determina os fragmentos do texto e totaliza o todo e de saída a enumeração tem os termos listados, enumerados, mas não somados; e

³⁴ Fonte: Guimarães (2018, p. 89)

- e) pela *definição* na qual “uma reescrituração por expansão a ser considerada especialmente e que estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado”. (Guimarães, 2018, p. 93).

CAPÍTULO III

A COLETA DE DADOS E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos o detalhamento do *corpus* e o procedimento metodológico que fundamenta a pesquisa.

O *corpus* ou o material analítico deste estudo é constituído pelos enunciados que integram dois textos-pronunciamentos enunciados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na abertura das reuniões 75^{a35} e 76^{a36} das Assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorridas nos anos de 2020 e 2021 e foram coletados dos sites *Agência Brasil* e *Gov.br*, que tratam dos temas expostos nos objetivos específicos.

Para proceder às análises, adotamos o procedimento de trabalho chamado por Guimarães (2018) de *sondagem*. Trata-se de um procedimento utilizada com o intuito de selecionar enunciados que contribuam para a mobilização das categorias semântico-enunciativas e dos conceitos necessários para a elaboração das análises.

A sondagem a qual Guimarães (2018) se refere deve ser realizada mediante “procedimentos de análises semântica e que os resultados a que se chega podem ser comparados com as análises de outros recortes e de outras sondagens em torno da mesma questão e que isto vai sustentando os resultados que se procura estabelecer pela análise” (Idem, p. 78).

Neste processo, temos o recorte que consiste na seleção de excertos no acontecimento da enunciação, que “Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência”. (Guimarães, 2011, p.44). Porém, é imprescindível ter em mente que não é o excesso de recortes que faz a análise avançar, mas sim uma sondagem minuciosa que possibilitará o encontro e a seleção de recortes decisivos para a realização das análises pretendidas.

3.1 Delineamento do *corpus*

³⁵AGÊNCIA BRASIL. **Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU**. Brasília, DF, 19 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: out. 2021.

³⁶BRASIL. Planalto. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro na abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU**. Brasília, DF, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: out. 2021.

Em 1º de janeiro de 2019, o então presidente Jair Messias Bolsonaro foi empossado e junto ao lugar de presidente vieram também responsabilidades e compromissos que são próprios do cargo. A principal responsabilidade do cargo de presidente é o discurso realizado na abertura do tradicional encontro promovido anualmente pela Organização das Nações Unidas-ONU, no mês de setembro, na cidade de Nova Iorque. A Assembleia Geral da ONU tem como principal função a discussão multilateral de todo o espectro de questões internacionais abrangidas pela Carta, bem como o papel significativo na definição de normas e codificação do direito internacional³⁷.

Para realizar o estudo do funcionamento semântico-enunciativo ao qual nos propomos, faremos a partir de agora um breve delineamento dos dois textos selecionados para esta pesquisa.

3.1.1 75ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU

O primeiro texto a ser descrito é o pronunciamento do ex-presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que aconteceu no dia 22 de setembro de 2020, na 75ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU, em Nova York, e contou com o primeiro debate virtual de sua história com líderes internacionais. O debate ocorreu de forma totalmente remota em razão da Covid-19 que se espalhava pelo mundo.

Como de costume, o ex-presidente do Brasil foi o primeiro dos países-membros a discursar, no pronunciamento *on-line*, o ex-chefe de Estado brasileiro teve como principais temas a COVID-19, as medidas econômicas, os povos originários, a assistência à saúde e investimentos a produção de vacinas, hidroxiclороquina, meio ambiente e direitos humanos.

O ex-presidente Bolsonaro iniciou seu discurso saudando o presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir, o secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, os chefes de Estado, de governo e de delegação. Feito isso, o então chefe de Estado diz que “É uma honra abrir esta assembleia com os representantes de nações soberanas, num momento em que o mundo necessita da verdade para superar desafios”. Na sequência, diz a respeito da Covid-19, afirmando de ter alertado o seu país sobre o vírus, o desemprego e da responsabilidade com a qual o assunto deveria ser tratado; citou as medidas tomadas sob decisão judicial, no que tange as medidas de isolamento e restrições de liberdade que foram delegadas aos governadores das unidades da Federação e afirmou, ainda, que “coube ao governo o envio de recursos e meios a

³⁷ UNRIC. **Saiba mais sobre a Assembleia Geral das Nações Unidas**. [S. l.]: UNRIC, [s.d.]. Disponível em: <https://unric.org/pt/saiba-mais-sobre-a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/>. Acesso em: 14 set. 2022.

todo o País”. Afirmou que concedeu o auxílio emergencial a pessoas pobres no Brasil; que deu assistência a mais de 200 mil famílias indígenas e alegou que as queimadas eram criminosas mas que foram combatidas com rigor e que a culpa dos incêndios florestais era do caboclo e do índio. Além do mais, o então presidente garantiu em seu discurso que “no campo humanitário e dos direitos humanos, o Brasil vem sendo referência internacional” e que no “primeiro semestre de 2020, apesar da pandemia, foi verificado “um aumento do ingresso de investimentos, em comparação com o mesmo período do ano passado”. Não deixou de citar um assunto recorrente no meio político e da sociedade quando o assunto é liberdade-democrática e declarou que “na América Latina, continuamos trabalhando pela preservação e promoção da ordem democrática como base de sustentação indispensável para o progresso econômico que desejamos”, pois a “A liberdade é o bem maior da humanidade”.

Por fim, fez um apelo a toda “comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia”; expressou apoio e solidariedade ao povo Libanês; ao futuro do Oriente Médio; e ao acordo de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, Bahrein, que segundo ele, se tratava de “três países amigos do Brasil”. Saudou o então presidente Donald Tramp pelo Plano de Paz e Prosperidade e finalizou dizendo que “a nova política do Brasil de aproximação simultânea a Israel e aos países árabes converge com essas iniciativas, que finalmente acendem uma luz de esperança para aquela região”, que “O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base” e que “Deus abençoe a todos”.

Em linhas gerais, em seu segundo pronunciamento à ONU depois de sua posse, o então ex-chefe de Estado apresentou dados sobre meio ambiente, economia, defendeu o tratamento contra covid-19 e se posicionou contrário ao chamado passaporte sanitário para vacinados, além de afirmar que não há corrupção no seu governo, dentre outros dizeres.

3.1.2 76ª Assembleia Geral das Organizações Unidas – ONU

O segundo texto é o pronunciamento do ex-presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que aconteceu no dia 21 de setembro de 2021, na 76ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU, em Nova York, também de forma *on-line*, uma vez que o retorno às reuniões presenciais estavam acontecendo de forma gradual, ainda em razão da covid-19, e muitas delegações participaram apenas na modalidade virtual, como foi o caso do Brasil, e aqueles que desejassem participar presencialmente deveriam apresentar o comprovante de vacinação, o que contribuiu para que o ex-presidente Bolsonaro quase fosse impedido de participar por não dispor do documento exigido, alegando que havia feito o

tratamento inicial contra covid-19 e que o governo brasileiro era contra a vacinação obrigatória. Solucionado esse contratempo, o ex-chefe de Estado discursou sobre temas como: corrupção, BNDES, meio ambiente, reservas indígenas, economia e auxílio emergencial.

O ex-presidente do Brasil iniciou seu discurso cumprimentando o presidente da Assembleia-Geral, Abdulla Shakid, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, os Chefes de Estado e de Governo e demais chefes de delegação. Mais uma vez Bolsonaro inicia o proferimento dizendo que “É uma honra abrir novamente a Assembleia-Geral das Nações Unidas” e continua dizendo que foi ao debate para “mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões” e que o Brasil tinha mudado muito depois que ele assumiu o governo em janeiro de 2019.

De acordo com o ex-chefe de Estado, desde quando ele assumiu a presidência do Brasil nenhum caso de corrupção foi registrado; que as “nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares, hoje são lucrativas”; que “Nosso Banco de Desenvolvimento era usado para financiar obras em países comunistas, sem garantias. Quem honra esses compromissos é o próprio povo brasileiro”.

A seguir, Bolsonaro apresenta um “novo Brasil com credibilidade já recuperada” e afirma que “são 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500”; que “Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta” e afirma ainda que “Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comprado a agosto do ano anterior”. Aliás, o “Brasil já é um exemplo na geração de energia com 83% advinda de fontes renováveis” e que “14% do território nacional, ou seja, mais de 110 milhões de hectares, uma área equivalente a Alemanha e França juntas, é destinada às reservas indígenas”. Para atender os mais humildes, que de acordo com Bolsonaro foram obrigados a ficar em casa por decisão de governadores e prefeitos e que perderam sua renda, o governo federal concedeu “um auxílio emergencial de US\$ 800 para 68 milhões de pessoas em 2020”.

Relatou que, em 2020, o Brasil terminou o ano da pandemia com mais empregos formais do que em dezembro de 2019 e que “somente nos primeiros 7 meses desse ano, criamos aproximadamente 1 milhão e 800 mil novos empregos. [...] e que o crescimento para 2021 está estimado em 5%”. Quanto aos cuidados com a covid-19, segundo Bolsonaro, “o Governo Federal distribuiu mais de 260 milhões de doses de vacinas e mais de 140 milhões de brasileiros já receberam, pelo menos, a primeira dose, o que representa quase 90% da população adulta”.

E para concluir o seu proferimento, o ex-presidente afirma que “No último 7 de setembro, data de nossa Independência, milhões de brasileiros, de forma pacífica e patriótica,

foram às ruas, na maioria manifestação de nossa história, mostrar que não abrem mão da democracia, das liberdades individuais e de apoio ao nosso governo” e que “É aqui, nesta Assembleia Geral, que vislumbramos um mundo de mais liberdade, democracia, prosperidade e paz”. Encerrando com “Deus abençoe a todos!”.

Em síntese, no acontecimento enunciativo ocorrido tanto na 75^a quanto na 76^a Assembleias Gerais da ONU, o ex-presidente Bolsonaro abordou assuntos extremamente importantes para a população nacional e internacional, o que fez com que os proferimentos repercutissem e reverberassem em todas as mídias nacionais e em grande parte das internacionais, produzindo sentidos de apoio ou de crítica, dividindo opiniões e provocando insurreição entre militantes pró e contrários.

3.2 Recortes selecionados para a análise

3.1 Análise do texto-pronunciamento da 75^a Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, em 2020

(E-Tít.) ³⁸Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75^a Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU

(1a) Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir

(1b) Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe.

(1c) Chefes de Estado, de governo e de delegação;

(1d) Senhoras e senhores,

3.2.1 Enunciados sobre o combate à pandemia e impacto econômico

(2) A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, **(a)** em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

(b) Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

(c) Por decisão judicial todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação.

(d) Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

(e) Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

(3) Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior:

³⁸ Abreviação de Enunciado-título.

- (a) - Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;
- (b) - Destinou mais de 100 bilhões de dólares para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;
- (c) - Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à COVID;
- (d) - Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença;
- (e) - Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

3.2.2 Enunciados em defesa da Amazônia e do meio ambiente

- (4) (a) Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.
- (b) Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.
- (c) O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos. E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.

3.2.3 Enunciados sobre o cenário internacional, segurança, paz e liberdade

- (05) (a) Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos.
- (b) Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais. A paz não pode estar dissociada da segurança.
- (c) O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo.
- (d) O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual.
- (06) (a) A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE.
- (b) Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.
- (07) O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

3.2 Os textos-pronunciamentos da 76ª Assembleia Geral da ONU e a ressignificação das temáticas abordadas

R1 (75ª/2020): Por decisão judicial, todas as **medidas de isolamento e restrições de liberdade** foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

R2 (76ª/2021): Sempre defendi combater o vírus e o desemprego de forma simultânea e com a mesma responsabilidade. As medidas de isolamento e **lockdown** deixaram um legado de inflação, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo.

R3 (75ª/2020): - Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

R4 (76ª/2021): Até o momento, o Governo Federal distribuiu mais de 260 milhões de doses de vacinas e mais de 140 milhões de brasileiros já recebidos, pelo menos, uma primeira dose, o que representa quase 90% da população adulta. 80% da população indígena também já foi totalmente vacinada. Até novembro, todos os que escolheram ser vacinados no Brasil serão atendidos.

3.2.1 A Assistência Emergencial, Economia, Infraestrutura e Desenvolvimento

R5 (75ª/2020): [...] - Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

R6 (75ª/2020): [...] Seguimos comprometidos com a conclusão dos acordos comerciais firmados entre o MERCOSUL e a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio. Esses acordos possuem importantes cláusulas que reforçam nossos compromissos com a proteção ambiental. Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação.

R7 (76ª/2021): Até aqui, foram contratados US\$ 100 bilhões de novos investimentos e arrecadados US\$ 23 bilhões em outorgas. Na área de infraestrutura, leiloamos, para a iniciativa privada, 34 aeroportos e 29 terminais portuários.

R8 (76ª/2021): [...] Também anuncio que nos próximos dias, realizaremos o leilão para implementação da tecnologia 5G no Brasil.

3.2.2 Defesa da Amazônia e Meio Ambiente

R9 (75ª/2020): Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando **a melhor legislação ambiental do planeta**.

Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. [...]

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono. [...]

Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

R10 (76ª/2021): Nenhum país do mundo possui uma **legislação ambiental tão completa**.

Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países.

O Brasil é um país com dimensões continentais, com grandes desafios ambientais.

São 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500.

Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental. [...]

Antecipamos, de 2060 para 2050, o objetivo de alcançar a neutralidade climática. Os recursos humanos e financeiros, destinados ao fortalecimento dos órgãos ambientais, foram dobrados, com vistas a zerar o desmatamento ilegal.

E os resultados desta importante ação já começaram a aparecer!

Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior. [...]

3.2.3 Impacto econômico

R11 (75ª/2020): Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de **crescimento e transformação**.

R12 (76ª/2021): Até aqui, foram contratados US\$ 100 bilhões **de novos investimentos** e arrecadados US\$ 23 bilhões em outorgas.

Na área de infraestrutura, leiloamos, para a iniciativa privada, 34 aeroportos e 29 terminais portuários.

R13 (75ª/2020): No meu primeiro ano de governo, concluímos a reforma da previdência e, recentemente, apresentamos ao Congresso Nacional duas novas reformas: a do sistema tributário e a administrativa.

R14 (76ª/2021): Meu governo recuperou a credibilidade externa e, hoje, se apresenta como um dos **melhores destinos para investimentos**.

CAPÍTULO IV

O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DOS DISCURSOS DA ABERTURA DA 75ª E 76ª ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Neste capítulo, analisaremos os recortes selecionados, observando o funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados que integram os texto-pronunciamentos proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro na Abertura da 75ª e 76ª Assembleia Geral da ONU.

3.1 Análise do texto-pronunciamento da 75ª Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, em 2020

O acontecimento do pronunciamento do presidente do Brasil na Abertura da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU, em 2020, tem sua ocorrência no âmbito do dizível. Consiste em enunciações que dizem acerca das ações do governo. Ações que se referem ao meio-ambiente, COVID-19, economia e outros assuntos.

O título do texto-pronunciamento, *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)*, se repete desde 1946, modificando apenas a sequência do número ordinal. Com a comemoração da 75ª Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, em 2020, fez significar a consolidação do evento, além de rememorar enunciações do período histórico do fim da II Guerra mundial e da busca por soluções que impedissem novos conflitos bélicos.

O enunciado-título do texto em análise tem por função nomear o acontecimento enunciativo do *Discurso* por uma relação “autorreferencial” que se “fundamenta numa relação tal que a instância desta nomeação se apresenta como a mesma instância do texto que o nome nomeia (de que o nome é título)” (Guimarães, 2018, p. 133). Nessa linha, o enunciado-título – *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)* – enunciado do lugar de dizer do alocutor-ONU se configura como tal porque o *Discurso do Presidente da República* corresponde ao que ele irá enunciar, mas também corresponde a significação de um acontecimento histórico e político de rememorações que se deu desde 1946, a partir do enunciado *abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)*, e também pelo fato do Brasil ser um país membro fundador da Organização das Nações Unidas e ser o primeiro a discursar na assembleia geral, desde 1947.

Portanto, observar o enunciado-título em análise é considerar que o título funciona como nome dado ao texto e que este título é integrado por enunciações que marcam um lugar social e faz significar um memorável de enunciações. Mas, também, que o texto é designado no momento da enunciação, no qual o enunciado-título se insere, uma vez que o texto, sendo uma unidade de sentido, se caracteriza por incluir outros enunciados com os quais mantém uma relação semântica.

O discurso é um tipo de texto oral ou escrito que tem por função apresentar perante uma audiência uma mensagem solene e prolongada.

O Presidente Jair Bolsonaro inicia seu discurso saudando os representantes da ONU, as autoridades representantes das nações e os convidados/ouvintes, conforme apresentado em **(1a)**.

(1) (a) Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir; **(b)** Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe; Chefes de Estado, de governo e de delegação; Senhoras e senhores,

Para observar o funcionamento do aposto faremos a análise do enunciado-título reconhecido aqui por **(E-Tít.)** e os recortes **(1a) (1b) (1c) (1d)**.

(E-Tít.) Discurso do Presidente da República, **Jair Bolsonaro**, na abertura da 75ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU

(1a) Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir

(1b) Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, **a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe.**

(1c) Chefes de Estado, de governo e de delegação;

(1d) Senhoras e senhores,

No recorte **(1)**, vamos analisar dois tipos de relação apositiva, uma que se estabelece na enunciação como nome próprio em **(E-Tít.)** e outra na relação com o vocativo em **(1b)**, cada um destes enunciados significam no mesmo acontecimento de linguagem.

A formação apositiva apresentada em **(E-Tít.)** se caracteriza por uma relação de reescritura por substituição no qual *Presidente da República* é reescriturado por *Jair Bolsonaro*, em uma relação de sentido que se dá pela especificação da autoria do discurso.

Aqui, o funcionamento semântico do aposto se deu pela atribuição de sentido de um termo sobre o outro nos levando a mobilizar a relação apositiva e a compreender que nos

enunciados há uma relação de proximidade entre um elemento apostro e o elemento que reescritura.

Já em **(1b)**, há uma relação apositiva na relação com o vocativo *Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres*. Para tanto, ressalta-se que a enunciação vocativa se constitui como uma maneira de fazer com que aqueles que estão significados na cena enunciativa sejam convocados como alocutários. Assim, em **(1b)** o lugar social de dizer é do Presidente da República – alocutor-Presidente da República, já que o Discurso é de Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, que enuncia aos alocutários: os representantes da ONU, alocutários-Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir; Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres..., às autoridades representantes das nações, alocutários-Chefes de Estado, de governo e delegação e, por fim, os convidados/ouvintes, alocutário-Senhoras e senhores.

Parafraseando **(1b)** temos:

(1b') Cumprimento com satisfação o senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, na nossa língua nativa.

É interessante observar como o acontecimento ao agenciar o falante a falar, apresenta o lugar de dizer dos enunciadores que, em **(1b)** e em **(1b')** se desloca de um enunciador-individual, na primeira parte do enunciado para um enunciador-coletivo, na segunda parte.

Em **(1b)** tanto a forma linguística *tenho*, quanto a forma linguística *Cumprimento* em **(1b')**, tem-se uma enunciação na qual o Locutor se coloca como independente da história que se dá pela representação da individualidade a partir da qual se é autorizado a enunciar. Desse modo, observamos que o alocutor-Presidente da República fica significado como responsável por uma parte do enunciado, demonstrando uma relação entre o enunciador-individual e o alocutor-Presidente da República, relação que é própria do funcionamento da cena enunciativa que significam os apostos.

Na segunda parte do enunciado, o pronome *nossa* é dito por um enunciador-coletivo que se constitui tanto em **(1b)** quanto em **(1b*)**, uma vez que a enunciação faz significar o pertencimento a uma comunidade, a comunidade a qual ambos pertencem, aos falantes da Língua Portuguesa. Temos aqui a convocação do alocutário, *António Guterres*, a se incluir na comunidade dos falantes da Língua Portuguesa.

Os recortes **(1c)** e **(1d)** seguem-se pelos enunciados vocativos **(1c)** *Chefes de Estado, de governo e de delegação*; e **(1d)** *Senhoras e senhores*, onde o alocutor que é exposto no

acontecimento, neste caso, o de presidente da república, enuncia aos demais que estão agenciados como alocutários.

Analisar o vocativo e o aposto nos recortes acima nos permite compreender a constituição dos sentidos do discurso de Jair Bolsonaro na Abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas/2020 e na construção da cena enunciativa.

Para a Semântica do Acontecimento, o vocativo não é só uma forma de chamar a atenção, mas um modo de funcionamento da expressão que produz um lugar de reconhecimento para o outro, estabelecendo relações entre o alocutor-Presidente da República e seus alocutários. Ao enunciar *Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir*, por exemplo, o alocutor-Presidente da República não está apenas nomeando, mas estabelecendo uma relação hierárquica e institucional que organiza a cena enunciativa.

Quanto ao aposto, trata-se de uma forma de inscrição de sentidos no enunciado. Quando o alocutor-Presidente da República enuncia *a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe*, estabelece-se um efeito de proximidade cultural e simbólica com Gutérres, reforçando uma identidade lusófona compartilhada.

3.1.1 Enunciados sobre o combate à pandemia e o impacto econômico

(2) A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano **e, (a) em primeiro lugar, quero** lamentar cada morte ocorrida.

(b) Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos **dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego**, e que **ambos** deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

(c) Por decisão judicial todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação.

(d) Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

(e) Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

A cena enunciativa do recorte **(2)** se constitui no acontecimento enunciativo que diz sobre a COVID-19 e o impacto econômico causado pela pandemia.

Vejamos o recorte **(2)**:

(2) A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e (a) em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

No enunciado (2) *A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida* o conectivo *e* estabelece uma relação de articulação por coordenação entre duas proposições enunciativas, entre (2) *A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano* e (a) *em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida*. Ou seja, o conectivo *e* não significa como mero operador linguístico de adição, mas como uma forma que articula o sentido significado entre um enunciado e o outro, entre um acontecimento enunciativo e outro.

Além disso, a articulação do *e* faz significar uma hierarquização no enunciado, pois, ao enunciar que (2a), *em primeiro lugar, quero lamentar a cada morte ocorrida*, o alocutor-Presidente da República sugere uma priorização e produz o sentido de uma chefe de Estado que não se limita ao impacto da COVID-19, e que se posiciona com empatia.

Portanto, a significação em (2) surge na articulação do acontecimento enunciativo, no qual a forma linguística *e* é um operador que articula coordenativamente sentidos e estabelece uma relação entre o acontecimento da pandemia, da *COVID-19*, e a enunciação do alocutor-Presidente da República, ao *lamentar pelas mortes*.

(a) em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

Em (2a), *em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida*, o alocutor-Presidente da República enuncia *em primeiro lugar* e faz significar no acontecimento em que a enunciação ocorre a temporalidade do dizer, mas também o que é considerado como prioridade: *lamentar cada morte ocorrida*.

Na sequência de (2a), o alocutor-Presidente da República segue enunciando em *quero*, um verbo conjugado em primeira pessoa do singular que marca e se apresenta como sendo a origem do seu dizer e que representa o presente como o tempo do dizer, apontando que há um lugar social marcado na enunciação que enuncia o desejo de demonstrar tristeza, pesar e compaixão por cada pessoa que faleceu na pandemia. E trata este desejo como prioridade ao enunciar *em primeiro lugar*.

Tal enunciação apresenta um lugar de dizer que se constitui como individual e, por isso, evoca o enunciador-individual que enuncia do lugar de dizer que se constitui como independente da história, a partir da sua individualidade, demonstrada pela enunciação *em*

primeiro lugar e quero. O enunciador-individual enuncia desconsiderando a circunstancialidade do dizer e enuncia como independente da história expondo sua prioridade e seu desejo.

(2b) Desde o princípio, alertei, em meu País, que **tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego**, e que **ambos** deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

A enunciação **(2b)** em *Desde o princípio, alertei* é tomada como uma maneira de reforçar uma posição ou opinião estabelecida desde o começo da pandemia. O enunciador-individual se marca na enunciação com o verbo conjugando em primeira pessoa *alertei* produzindo um sentido voltado para ele mesmo, individual.

Ao enunciar *tínhamos* em **(2b)** o sentido de *nós* constituído pela conjugação do verbo no pretérito imperfeito sustenta o lugar de dizer do governo e o seu próprio lugar de dizer, enquanto presidente da república, sustentando dois lugares de dizer concomitantes. Com isso, temos em uma única expressão *tínhamos* um enunciador-individual que enuncia de forma que o Locutor se apresenta como independente da história e se dá pela individualidade que o autoriza a dizer, e um enunciador-universal no qual o Locutor significa submetido ao regime de verdadeiro ou falso.

Ao enunciar *dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego* o alocutor-Presidente da República estabelece sentidos que se articulam enunciativamente e faz significar a questão sanitária (*vírus*) e a questão econômica (*desemprego*), como fatores equivalentes, uma vez que *ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade*. No entanto, o sentido produzido articula a minimização e a relativização da gravidade do problema sanitário (*vírus*) em favor das questões econômicas (*desemprego*). Em **(2b)** a palavra *ambos* reescritura por condensação os termos *vírus* e *desemprego* e estabelece uma relação de sentido entre os dois acontecimentos enunciativos equiparando-os.

(2c) Por decisão judicial todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação.

(2d) Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

Em **(2c)** o alocutor-Presidente da República tem uma enunciação que produz o sentido de que as decisões a respeito das medidas de isolamento e restrições de liberdade não foram impostas pelo governo, mas sim, por uma ordem judicial, que delegou individualmente a cada

governador a responsabilidade de implementar as medidas dentro de seu território estadual. Significando que a decisão relacionada às medidas de restrição de liberdade e isolamento social não partiram do Presidente da República, mas sim do Supremo Tribunal Federal. Tal afirmação é sustentada por **(2d)** quando o alocutor-Presidente da República enuncia *Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País*, produzindo na enunciação o sentido de uma justificativa ao que foi enunciado em **(2c)**.

Em **(2c)** a palavra *todas* sugere o sentido de abrangência. Nesta direção, *todas* reescreve as medidas de isolamento e restrições de liberdade delegadas aos governadores. Com isso, em **(2c)** temos a palavra *todas* que reescritura por totalização as medidas de isolamento e restrição de liberdade delegadas pelas instituições oficiais, sendo o movimento “*fique em casa*”, uma dessas medidas.

Em **(2d)**, *Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País*, temos uma articulação por coordenação. Enquanto **(2c)** enuncia acerca da delegação de responsabilidades aos governadores, **(2d)** enuncia sobre a responsabilidade do Presidente. A relação de sentido entre os enunciados **(2c)** e **(2d)** acontece por coordenação, sem que um dependa do outro para a produção de sentido. No entanto, implicitamente tem-se o sentido da conjunção *e* que articula os enunciados e faz produzir o sentido de coordenação, mas a articulação também pode se dar pelo deslocamento do enunciador.

Na enunciação **(2d)** a expressão *Ao Presidente*, produz um sentido de um enunciador que se encontra fora da cena enunciativa. O lugar social representado pelo alocutor-Presidente da República no acontecimento da enunciação de *Ao Presidente*, marca um lugar de dizer que não corresponde mais a um lugar social, mas sim o de um enunciador.

Dito de outra maneira, enquanto em um determinado momento do texto a enunciação significa o lugar de um alocutor-Presidente da República, como acontece em **(2b)**, por exemplo, pela enunciação de *Ao Presidente*, nos é apresentado um outro lugar, o lugar de dizer que corresponde a um enunciador. Um enunciador-individual que diante da enunciação *Ao Presidente*, produz um sentido de lugar independente da história que se constitui pela representação da individualidade produzida no dizer

(2e) Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “*fique em casa*” e “*a economia a gente vê depois*”, quase trouxeram o caos social ao país.

Em **(2e)** quando o alocutor-Presidente da República enuncia a expressão *politizou o vírus* faz significar o sentido de que parte da mídia brasileira, assim como aconteceu em outros lugares do mundo, transformou a pandemia em um instrumento de disputa política, e atribuiu a responsabilidade do pânico instalado na sociedade brasileira à imprensa que não tratou do assunto de forma imparcial e objetiva.

Na expressão *politizou o vírus*, o verbo *politizou* produz um sentido de que a atitude da mídia brasileira foi partidária ou ideológica e não voltada para a saúde pública. O sentido produzido é de que a politização do vírus (*politizou o vírus*) teria colaborado para a disseminação do pânico (*disseminar o pânico*) nos brasileiros, o que de acordo com o alocutor-Presidente da República foi algo negativo.

Ao enunciar *disseminando o pânico e quase trouxeram o caos social ao país* o alocutor-Presidente da República faz significar um sentido negativo referente a postura da imprensa na condução do assunto, considerando-a exagerada e irresponsável por instalar um clima de medo e insegurança na população.

Nas expressões *fique em casa* e *a economia a gente vê depois* enunciadas como motes utilizados pela imprensa são considerados pelo alocutor-Presidente da República como algo exagerado e displicente, uma vez que a imprensa brasileira não levou em consideração os impactos negativos que o isolamento social poderia causar na econômica do país.

O enunciado *fique em casa* é um acontecimento enunciativo que se tornou relevante durante a pandemia da COVID-19. O enunciado se relaciona às práticas sociais, políticas de saúde pública e experiências coletivas de isolamento social. Ou seja, *fique em casa* mobiliza já-ditos que faz rememorar crises sanitárias, cuidado coletivo e responsabilidade individual.

Porém, em **(2e)**, o enunciado *fique em casa* é ressignificado. O alocutor-Presidente da República enuncia e articula o enunciado *fique em casa* como uma crítica à imprensa e ao gerenciamento da pandemia, relacionando o lema ao *pânico* e ao *caos social*. Com isso, o memorável do enunciado *fique em casa* significando algo positivo, em **(2e)**, é ressignificado como algo negativo, pois o alocutor-Presidente da República enuncia e faz significar sentidos alarmistas (*caos social*) relacionados ao *fique em casa*. Portanto, *fique em casa* deixa de significar cuidado e prevenção e passa a ser símbolo de um suposto exagero ou manipulação da imprensa/mídia.

Em **(2e)** quando o alocutor-Presidente da República enuncia que a imprensa *politizou o vírus*, *disseminando o pânico* e *quase trouxeram o caos social ao país*, temos aqui um enunciado que expõe uma crítica à postura da imprensa brasileira durante a pandemia da COVID-19. Os enunciados: *fique em casa* e *a economia a gente vê depois* significa uma crítica

aos que defenderam as medidas de isolamento social, medidas *que quase causaram o caos social*. O advérbio *quase* projeta sentidos de que a situação poderia ter sido mais grave, porém, por algum motivo, a gravidade foi evitada.

Assim, em **(2e)** podemos observar um alocutor-Presidente da República que enuncia e faz significar um julgamento desfavorável acerca do desempenho da imprensa brasileira durante da pandemia da COVID-19, ou seja, politizar a doença e salientar as medidas extremas fez com que o sentimento de medo e caos tomassem o Brasil. Neste caso, há uma afirmação em **(2e)** que justifica o lugar social de dizer do alocutor-Presidente da República ao criticar a atitude da imprensa brasileira.

Passemos ao recorte 3.

(3) Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior:

(a) - Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

(b) - Destinou mais de 100 bilhões de dólares para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;

(c) - Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à COVID;

(d) - Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença;

(e) - Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

O alocutor-Presidente da República enuncia em **(3)** que *Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior*:. Neste momento, é interessante observar o processo de enumeração das medidas implementadas pelo governo Bolsonaro.

Quando o alocutor-Presidente da República enuncia que o *governo implementou várias medidas econômicas* e as descreve, isso acontece pela enumeração para demonstrar como a reescrituração desencadeia o sentido. Desse modo, a expressão *medidas econômicas* produz o sentido de que algo foi feito para que o Brasil não sofresse consequências econômicas mais graves, que evitasse um *mal maior*.

Com isso, no recorte **(3)** temos a expressão *medidas econômicas* que é reescriturada por expansão em **(3a)** **(3b)** **(3c)** **(3d)** e **(3e)**. A reescrituração por expansão nos remete ao modo de sentido específico da enumeração/desenvolvimento. Isso porque a relação de desenvolvimento/enumeração de **(3a)** **(3b)** **(3c)** **(3d)** e **(3e)** apresenta a expansão da

reescrituração das *medidas* que o governo *implementou* para evitar consequências econômicas mais graves. Nesta direção, observamos que a reescrituração por expansão das ações produz um desenvolvimento do sentido da expressão reescriturada, *medidas econômicas*, e não apenas por uma mera enumeração no sentido literal da palavra.

Cada *medida* descrita em **(3a)** **(3b)** **(3c)** **(3d)** e **(3e)** corresponde a um assunto diferente, e os verbos *concedeu*, *destinou*, *assistiu*, *estimulou* e *destinou* conjugado no pretérito perfeito do indicativo significa o processo de enunciação do alocutor-Presidente da República que constitui um acontecimento de linguagem. Além do mais, estes verbos no passado sustentam a importância do lugar do qual o alocutor-Presidente da República está enunciando, produzindo o sentido de que o “Nosso governo adotou medidas econômicas ousadas que impediram consequências mais graves” ou ainda “A pandemia mal começou e já tomamos todas estas medidas preventivas”.

Quanto ao adjetivo *arrojado*, trata-se de um termo bastante enunciado em discursos e declarações políticas na tentativa de destacar a postura proativa e destemida de um governo, mas também para justificar as ações que podem ser consideradas arriscadas ou que envolvam alterações significativas.

Em **(3)**, quando o alocutor-Presidente da República enuncia a palavra *arrojada* e mobiliza enquanto adjetivo, temos aqui uma palavra que designa, significa e funciona como uma palavra que integra o texto em análise e possibilita fazer significar o sentido de um governo ousado, corajoso, inovador.

Ao enunciar *Nosso governo, de forma arrojada [...]* o alocutor-Presidente da República produz o sentido de que as *medidas* do *governo* foram audaciosas, e que ele não tem receio de tomar *medidas* corajosas e enfrentar os desafios *econômicos* relacionadas a pandemia que assolava o mundo.

O recorte **(3)** é introduzido com o enunciado *Nosso governo*, quando o alocutor-Presidente da República enuncia *Nosso governo* temos a produção de um sentido de pertencimento e identificação relacionados ao governo atual.

Com a enunciação do pronome *Nosso* temos aqui um enunciador-coletivo, que faz significar o pertencimento a uma comunidade. Ou seja, enuncia-se *Nosso* para produzir um sentido como se todos compartilhassem de uma responsabilidade ou pertencimento em relação ao governo atual. Porém, a enunciação do pronome *Nosso* também pode significar uma maneira de salientar de forma positiva as *medidas* do governo, explicando as decisões tomadas e as *medidas* implementadas, mas também o estabelecimento de uma relação de sentimento com a comunidade.

3.1.2 Enunciados em defesa da Amazônia e do meio ambiente

(4) (a) Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

(b) Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

(c) O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos. E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.

Em **(4a)** a enunciação do pronome *Nosso* constitui o sentido de não individualidade, mas de coletividade. Assim ao enunciar *Nosso* o alocutor-Presidente da República o faz agenciamento pelo lugar social do governo.

Quando o alocutor-governo enuncia acerca do crescimento do agronegócio no Brasil e o qualifica com o adjetivo *pujante*, o alocutor-governo produz o sentido de que *Nosso agronegócio* segue expandindo com força e vitalidade e segue com rigor a *legislação ambiental* enunciada pelo alocutor-governo como a *melhor do planeta*. A expressão *melhor legislação ambiental do planeta* produz o sentido de que as leis brasileiras são as mais desenvolvidas e eficientes no que se refere a preservação ambiental.

Em **(4b)** a enunciação de *Mesmo assim* articulado no enunciado incide sobre **(4a)** como uma enunciação que comenta a si mesma. De um lado temos um enunciado que diz *Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta*,. De outro lado, temos *Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal*. Assim, observamos que a enunciação de **4(a)** é afetada pela enunciação de **4(b)**.

A articulação de *Mesmo assim* se dá por incidência, porque, o alocutor-governo enuncia posicionando argumentativamente sobre **4(a)**. A expressão *Mesmo assim* poderia ser parafraseada por "mas", o que manteria o sentido da incidência articulando **4(b)** como um comentário de contraponto a **4(a)**.

O recorte **(4b)** apresenta enunciações típicas de acontecimentos políticos que buscam proteger principalmente a economia de um país. Nesse sentido, **(4b)** faz significar um *agronegócio* e um *governo* comprometido com a sustentabilidade e o *respeito* a legislação ambiental, mas que vem sendo retratado de forma negativa a partir de *campanhas brutais de desinformação* relacionadas a Amazônia e ao Pantanal.

O recorte **(4c)** se constitui por uma orientatividade conclusiva, quando o alocutor-Presidente da República enuncia que *O Brasil desponta como o maior produtor mundial de*

alimentos fazendo significar o sentido um dado reconhecido mundialmente referente a importância do Brasil no setor de produção de alimentos; e em *E*, *por isso*, *há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente*, significando a partir da locução conclusiva *por isso*, o lugar de destaque do Brasil no cenário nacional e internacional. A articulação da locução *por isso* também se dá por incidência uma vez que *por isso* incide em *há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente*, estabelecendo uma relação argumentativa em virtude do funcionamento de *por isso*.

3.1.3 Enunciados sobre o cenário internacional sobre segurança, paz e liberdade

(05) (a) Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os **princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos.**

(b) Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade **a esses ideais**. A paz não pode estar dissociada da segurança.

(c) O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo.

(d) O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual.

Em **(5a)** os dizeres produzem sentidos que rememoram a história da criação da ONU. O alocutor-Presidente da República quando enuncia *Como um membro fundador da ONU* evoca um memorável recortado historicamente que destaca a importância do Brasil no processo histórico e fundamental na criação da Organização das Nações Unidas. Esta enunciação recorta um memorável que legitima o lugar no Brasil em relação às especificações defendidas pela ONU, uma vez que *o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas*.

Quanto ao modo de articulação, em **(5a)** há uma articulação por enumeração, uma vez que os princípios basilares da Carta das Nações Unidas são listados: *paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos*, e uma reescrituração por coordenação se considerarmos o conectivo e enunciado em *paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos* como um elemento linguístico que estabelece dentre os outros elementos linguísticos no enunciado uma relação de igual importância na enunciação e na produção de sentido,

considerando a relação de proximidade entre eles, uma vez que todos integram os princípios basilares da Carta das Nações Unidas.

Em **(5b)** o alocutor-Presidente da República enuncia que *Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais* e constitui enunciações que rememoram o *compromisso e fidelidade* aos ideais estabelecidos desde a criação da ONU. E a partir da temporalidade do dizer faz significar o sentido de renovação de compromisso e continuidade aos ideais estabelecidos nos primórdios da organização. A expressão *Neste momento* significa o tempo de existência da ONU, os 75 anos, e toma este momento para fortalecer e reforçar a parceria com a organização.

Quanto ao “modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito” (Guimarães, 2018, p. 85), ou seja, a reescrituração, em **(5b)** *a esses ideais* reescritura sinonimicamente por substituição *princípios basilares*, uma vez que *a esses ideais* refere-se aos valores fundamentais da Carta das Nações Unidas, enquanto *princípios basilares*.

Com isso, embora *a esses ideais* e *princípios basilares* não sejam expressões iguais em sua estrutura, as duas expressões dispostas no enunciado possibilita redizer o que já foi dito, “fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (Guimarães, 2017, p. 38).

A expressão *membro fundador* significa e rememora a criação da ONU. O memorável da fundação inclui de um lado o comprometimento *com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas* e de outro a participação do Brasil em *mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo*.

O numeral faz significar a magnitude da contribuição do Brasil. E a premiação enunciada em **(5d)** *O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual* produz o sentido de reconhecimento nacional e internacional, mas, principalmente, o reconhecimento pela ONU dando credibilidade e prestígio à ação brasileira.

A enunciação de *Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas* inclui o Brasil como membro fundador da ONU, que se compromete com os *princípios basilares da Carta das Nações Unidas* pelo tempo do presente do acontecimento e pela futuridade do acontecimento que abre o espaço para novas enunciações.

Portanto, no recorte **(5)** o memorável que constitui o acontecimento faz significar diversas outras enunciações, tais como *os princípios basilares da Carta das Nações Unidas*, a participação efetiva do Brasil em mais de 50 operações de paz e a premiação por missões

relevantes. Estas rememorações constituem no acontecimento do dizer sentidos que fortalecem a imagem externa do Brasil e apresentam um país comprometido com os princípios da ONU, colocando em funcionamento o sentido de legitimação do lugar brasileiro no cenário nacional e, principalmente, internacional e positivo, quanto ao cuidado da promoção da paz e da segurança internacional.

(06) (a) A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE.

(b) Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

O recorte **(6)** apresenta uma enunciação produzida pelo alocutor-Presidente da República que significa uma afirmação do valor fundamental da liberdade para a humanidade e a convocação do alocutário-comunidade internacional para promoção da ação de defesa da *liberdade religiosa* e do *combate à cristofobia*.

Em **(6a)** o enunciado *A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE* produz um sentido amplo do sentido de *LIBERDADE*, que é considerado um princípio fundamental e incontestável. O enunciado é *o bem maior da humanidade predica LIBERDADE* e apresenta o *apelo* do alocutor-Presidente da República dirigindo ao alocutário-comunidade internacional.

Em **(6b)** o enunciado *Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia* faz significar o sentido de alerta à *comunidade internacional* para dois sentidos específicos: a *liberdade religiosa* e o *combate à cristofobia*. Nessa linha, a partir destas enunciações são rememoradas, no acontecimento, enunciações que dizem acerca da proteção e garantia dos direitos das pessoas de professar a sua fé sem receio de perseguições (*liberdade religiosa*) e acerca da discriminação e intolerância referente aos cristãos (*cristofobia*), um fenômeno que deve ser combatido como aspecto importante para a preservação da *liberdade religiosa*.

Em **(6b)** a palavra *cristofobia* está na formação nominal *combate à cristofobia*, que pode ser considerada como uma expressão referencial. Porém, o que nos interessa é o que *cristofobia* significa na expressão *combate à cristofobia*, no enunciado e no texto-pronunciamento enunciado na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, em 2020.

Em **(6b)**, na enunciação *Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia*, a palavra *cristofobia* significa a existência de uma perseguição, discriminação ou preconceito contra cristãos. Ou seja, a enunciação produz o sentido de que os cristão sofre perseguição em escala global, o que faz significar também o sentido de vitimização e da necessidade de defesa da fé cristã.

Junto a *cristofobia* está a expressão *liberdade religiosa* que faz significar uma relação de equivalência entre ambas as expressões, produzindo o sentido de que a garantia da *liberdade religiosa* perpassa necessariamente pelo *combate à cristofobia*. Mediante tais enunciações, outro sentido produzido é o silenciamento/apagamento das discussões relacionadas a outras formas de intolerância religiosa, como o preconceito contra as religiões afro-brasileiras ou contra outras minorias religiosas.

(07) O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

O recorte (7) apresenta uma enunciação produzida pelo alocutário-Presidente da República que faz significar dizeres relacionados aos valores religiosos e conservadores, enfatizando a família como estrutura fundamental da sociedade.

Ao enunciar que *O Brasil é um país cristão e conservador* o alocutor-Presidente da República faz significar rememorações de outras enunciações que correspondem a um passado de identidade cultural e religiosa do Brasil que era majoritariamente baseada no cristianismo e valores conservadores. Desconsiderando a atualidade do Brasil, que se constitui de uma sociedade multicultural e com pluralidade religiosa e na maneira de professar a sua fé.

O enunciado *tem na família sua base* significa, na enunciação, o núcleo familiar tradicional constituído de figura paterna e materna e orientado por princípios cristãos. A produção destes sentidos silencia outros como, por exemplo, os sentidos que significam os núcleos familiares não tradicionais, tais como a família monoparental, multigeracional, sem filhos etc.

3.2 Os textos-pronunciamentos da 76ª Assembleia Geral da ONU e a resignificação das temáticas abordadas

Para a Semântica do Acontecimento, o texto é uma unidade de significação, uma unidade de sentido integrada por enunciados, que se caracteriza por produzir sentidos, e é isso que faz dela (desta unidade) um texto. Esta unidade (o texto) integra enunciados e é isto que faz com que o texto seja texto e faça sentido (Guimarães, 2011, p. 19).

É importante ressaltar que o texto não produz um único sentido. A partir das relações transversais de outros textos, os sentidos vão se constituindo, fazendo significar esta unidade. Ou seja, o texto “não diz respeito à sequência em si, mas à relação desta sequência com o acontecimento em que ela se dá. Uma sequência de fala tem sua finitude configurada na relação com uma posição enunciativa no acontecimento de linguagem” (Guimarães, 1995, p. 66). Com isso, “o enunciado é

a unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa” (Guimarães, 2018, p. 15). Nessa linha, a “a unidade de análise é uma unidade de linguagem encontrada (que está presente) em acontecimento específicos” (Idem).

Vejamos a seguir como se dá o processo de reescrituração a partir das enunciações que dizem sobre a COVID-19 e o combate a pandemia, a assistência emergencial, economia, infraestrutura e desenvolvimento, defesa da Amazônia, meio ambiente e impacto econômico enunciados no discurso de Abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU/2020 e como estas enunciações significam e se repetem no discurso de abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU/2021.

Ao analisar enunciativamente os textos-pronunciamentos de abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU (2020) e da 76ª (2021), é possível observar como certos enunciados são articulados e reescriturados, mobilizando novos sentidos, nova significação, sem, necessariamente, romper com o que foi dito no texto-pronunciamento anterior (75ª/2020). Observemos:

Quanto as enunciações que dizem a respeito do combate à Pandemia, em 2020, o alocutor-Presidente da República destaca a resposta emergencial à pandemia enunciado acerca de medidas como o auxílio emergencial e investimento em saúde e a parceria com a Universidade de Oxford para o desenvolvimento da vacina. Enquanto em 2021, enuncia-se a respeito da ênfase na vacinação em massa, com dados sobre doses aplicadas e críticas à imposição do passaporte sanitário.

3.2.4 COVID-19 e o combate a pandemia

No texto-pronunciamento de abertura da 75ª/2020, o alocutor-Presidente da República enuncia que:

R1 (75ª/2020): Por decisão judicial, todas as **medidas de isolamento e restrições de liberdade** foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

R2 (76ª/2021): Sempre defendi combater o vírus e o desemprego de forma simultânea e com a mesma responsabilidade. As medidas de isolamento e **lockdown** deixaram um legado de inflação, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo.

Nos dois recortes, o alocutor-Presidente da República enuncia acerca das ações tomadas durante a pandemia. Em R1 (75ª/2020), "medidas de isolamento e restrições de liberdade", é enfatizado um viés jurídico e político, destacando a descentralização da decisão para os governadores e o efeito dessas medidas sobre a liberdade da população. Em R2 (76ª/2021), "lockdown", a enunciação se dá como associação as medidas e impactos econômicos negativos,

como a inflação, por exemplo. Com isso, R2 reescritura por condensação R1, uma vez que o segundo recorte diz de forma condensada o primeiro recorte.

R3 (75ª/2020): - Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

R4 (76ª/2021): Até o momento, o Governo Federal distribuiu mais de 260 milhões de doses de vacinas e mais de 140 milhões de brasileiros já recebidos, pelo menos, uma primeira dose, o que representa quase 90% da população adulta. 80% da população indígena também já foi totalmente vacinada. Até novembro, todos os que escolheram ser vacinados no Brasil serão atendidos.

Em **R3 (75ª/2020)** destaca-se o investimento de *400 milhões de dólares na pesquisa e produção da vacina de Oxford no Brasil* por parte do governo e em **R4 (76ª/2021)** que o governo *já distribuiu mais de 260 milhões de doses*, garantindo ampla cobertura vacinal, com *quase 90% da população adulta vacinada*.

Com isso, **R4 (76ª/2020)** reescreve **R3 (75ª/2020)** ao deslocar o sentido da etapa de investimento para efetivação da campanha de vacinação. Pois, se R3 apresenta o governo como agente financiador da pesquisa, R4 reformula esse lugar e o coloca como executor de uma vacinação em massa, com números concretos sobre a distribuição.

Desta forma, R4 reescreve R3 por repetição sinonímica, uma vez que em R3 o alocutor-Presidente da República faz significar o sentido de que o governo é aquele que financia a pesquisa e em R4 o mesmo alocutor faz significar o sentido daquele que executa uma vacinação em massa, produzindo o sentido de que, independentemente do posicionamento político do governo sobre a obrigatoriedade da vacina os dados demonstram uma cobertura vacinal expressiva. Enunciações que podem atenuar eventuais críticas à condução da vacinação no Brasil.

Portanto, o deslocamento do sentido do combate à pandemia, que antes era focado na resposta emergencial e manutenção da economia, passa a se articular em torno da vacinação e a crítica a restrições sanitárias constrói uma nova significação para o tema. Enunciações que em (75ª/2020) significavam uma postura reativa, no texto-pronunciamento de 76ª/2021 é ressignificada e passa a significar em defesa da liberdade.

Quanto às enunciações que dizem a respeito ao impacto econômico, em 2020, o alocutor-Presidente da República enuncia as reformas econômicas como fator de crescimento; o apoio a pequenas empresas e incentivo ao investimento estrangeiro e a defesa da abertura comercial e do Brasil como destino seguro para negócios. Enquanto em 2021 a economia é ressignificada pela expansão das novas ações, enumerada pelos elementos: o crescimento de 5% e geração de empregos como prova de recuperação econômica; as parcerias privadas e

concessões de infraestrutura para atrair capital estrangeiro e a modernização tecnológica, incluindo leilões de 5G.

3.2.5 A Assistência Emergencial, Economia, Infraestrutura e Desenvolvimento

No texto-pronunciamento de abertura da 75ª/2020, o alocutor-Presidente da República enuncia que:

R5 (75ª/2020): [...] - Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

R6 (75ª/2020): [...] Seguimos comprometidos com a conclusão dos acordos comerciais firmados entre o MERCOSUL e a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio. Esses acordos possuem importantes cláusulas que reforçam nossos compromissos com a proteção ambiental. Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação.

Enquanto no texto-pronunciamento de abertura da 76ª/2021 enuncia:

R7 (76ª/2021): Até aqui, foram contratados US\$ 100 bilhões de novos investimentos e arrecadados US\$ 23 bilhões em outorgas. Na área de infraestrutura, leiloamos, para a iniciativa privada, 34 aeroportos e 29 terminais portuários.

R8 (76ª/2021): [...] Também anuncio que nos próximos dias, realizaremos o leilão para implementação da tecnologia 5G no Brasil.

Em **R5 (75ª/2020)**, o alocutor-Presidente da República enuncia acerca *da concessão do auxílio emergencial* como o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo, atribuindo ao governo um papel central na proteção social. Em **R7 (76ª/2021)**, a ênfase desloca-se para *investimentos* e *privatizações*, sem mencionar o auxílio emergencial. Nota-se que há uma substituição da enunciação no que tange a economia, enfatizando a atração de capital estrangeiro e as concessões à iniciativa privada.

Este deslocamento promove uma reescrituração por elipse uma vez que na enunciação de **R5 (75ª/2020)** busca-se reconstruir a imagem do governo, que em 2020 se legitimava pela assistência social, enquanto na enunciação de **R7 (76ª/2021)** reforça-se o compromisso com o mercado e a iniciativa privada.

Em **R6 (75ª/2020)**, o alocutor-Presidente da República enuncia acerca dos *acordos comerciais do MERCOSUL com a União Europeia e na abertura comercial como ferramenta de crescimento*. Já em **R8 (76ª/2021)**, a enunciação enfatiza os *leilões de infraestrutura e implementação do 5G*, demonstrando um reposicionamento da enunciação em relação ao desenvolvimento econômico.

Com isso, observa-se que a abertura comercial enunciada em **R6 (75ª/2020)** era apresentada como um abandono da tradição protecionista, enquanto em **R8 (76ª/2021)**, as enunciações destacam as ações concretas, como *privatizações e modernizações tecnológicas*.

Este movimento enunciativo é constituído por uma reescrituração por expansão de *acordos*, uma vez que a abertura econômica proposta em **R6 (75ª/2020)** deixa de ser um projeto em construção e passa a ser apresentada como uma realidade consolidada pelo governo, em **R8 (76ª/2021)**.

A análise pelo processo de reescrituração dos recortes extraídos dos textos-pronunciamentos 75ª/2020 e 76ª/2021 foi possível observar que há um processo de ressignificação das enunciações do alocutor-Presidente da República do Brasil, no que se refere aos acontecimentos políticos e econômicos que perpassaram seu governo. A assistência emergencial, por exemplo, que era um dos temas centrais na 75ª/2020, é silenciado na 76ª/2021, dando lugar à ênfase na infraestrutura e na captação de investimentos. As Reformas internas, destacadas em 75ª/2020, são substituídas pela reafirmação da credibilidade externa do Brasil.

O processo de reescrituração permite que compreendamos a produção/construção de sentidos de continuidade entre as unidades enunciativas ou entre enunciados analisados, e também a construção de novas significações relacionadas aos acontecimentos políticos e econômicos que buscaram sustentar a imagem do governo perante diferentes cenários, mas, também, nos permitiu compreender como os textos-pronunciamentos presidenciais se organizam para produzir/construir sentidos que legitimam a atuação governamental em diferentes momentos históricos.

3.2.6 Defesa da Amazônia e Meio Ambiente

No texto-pronunciamento de abertura da 75ª/2020, o alocutor-Presidente da República enuncia que:

R9 (75ª/2020): Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando **a melhor legislação ambiental do planeta**.

Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. [...]

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono. [...]

Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

Enquanto no texto-pronunciamento de abertura da 76ª/2021 enuncia:

R10 (76ª/2021): Nenhum país do mundo possui uma **legislação ambiental tão completa.**

Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países.

O Brasil é um país com dimensões continentais, com grandes desafios ambientais.

São 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500.

Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental. [...]

Antecipamos, de 2060 para 2050, o objetivo de alcançar a neutralidade climática. Os recursos humanos e financeiros, destinados ao fortalecimento dos órgãos ambientais, foram dobrados, com vistas a zerar o desmatamento ilegal.

E os resultados desta importante ação já começaram a aparecer!

Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior. [...]

R10 (76ª/2021) reescreve por expansão **R9 (75ª/2020)** uma vez que em **R9 (75ª/2020)** o alocutor-Presidente da República enuncia que *Somos líderes em conservação de florestas tropicais [...]*, produzindo o sentido de que o Brasil é líder na preservação do Meio Ambiente, e em **R9 (75ª/2020)** a reescrituração ocorre quando o alocutor-Presidente da República dá ênfase às críticas externas sobre a Amazônia ao enunciar que o *Brasil já segue a melhor legislação ambiental* e combate crimes ambientais com seriedade e responsabilidade.

Em **R19 (76ª/2021)** enuncia-se que *Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental [...]* produzindo o sentido de combate ao crime ambiental e significando o sentido de um governo que tem uma abordagem mais propositiva e otimista mediante a reafirmação das qualidades da legislação ambiental brasileira, no que tange a preservação da Amazônia, com uma proposta mais ambiciosa de neutralidade climática para 2050.

Assim sendo, em **R10 (76ª/2021)** expande-se o sentido, pois o alocutor-Presidente da República enuncia apresentando dados relacionados a preservação do Meio Ambiente ao

enunciar que *Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental*, detalhando o percentual de preservação da Amazônia e a redução do desmatamento ao enunciar que *Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento [...]*.

Em **R10 (76ª/2021)** detalhe-se e mensura-se através dos dados para produzir o sentido de sucesso das políticas ambientais, o que não ocorre em **R9 (75ª/2020)**, no qual a enunciação produz o sentido de forma mais ampla, no que se refere às questões ambientais, enfatizando apenas a matriz energética limpa e a preservação das florestas tropicais.

Em **R9 (75ª/2020)** o alocutor-Presidente da República enuncia que o agronegócio brasileiro respeita *a melhor legislação ambiental do planeta*, enquanto que em **R10 (76ª/2021)** é enunciado que nenhum país dispõe de uma legislação *ambiental tão completa e Nosso Código Florestal*. Ou seja, **R10 (76ª/2021)** reescreve por expansão **R9 (75ª/2020)**.

3.2.7 Impacto econômico

R11 (75ª/2020): Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de **crescimento e transformação**.

R12 (76ª/2021): Até aqui, foram contratados US\$ 100 bilhões de **novos investimentos** e arrecadados US\$ 23 bilhões em outorgas. Na área de infraestrutura, leiloamos, para a iniciativa privada, 34 aeroportos e 29 terminais portuários.

R13 (75ª/2020): No meu primeiro ano de governo, concluímos a reforma da previdência e, recentemente, apresentamos ao Congresso Nacional duas novas reformas: a do sistema tributário e a administrativa.

R14 (76ª/2021): Meu governo recuperou a credibilidade externa e, hoje, se apresenta como um dos **melhores destinos para investimentos**.

Em **R11 (75ª/2020)** o alocutor-Presidente da República enuncia acerca da defesa da abertura comercial no recorte: *Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação*. recorte que é reescriturado por expansão em **R12 (76ª/2021)**, uma vez que o alocutor-Presidente da República enuncia que *Até aqui, foram contratados US\$ 100 bilhões de novos investimentos e arrecadados US\$ 23 bilhões em outorgas. Na área de infraestrutura,*

leiloamos, para a iniciativa privada, 34 aeroportos e 29 terminais portuários. Produzindo o sentido de que a prática de abrir o Brasil para o mercado internacional, incluindo o incentivo à iniciativa privada através de leilões, é colocada em marcos concretos de resultados econômicos, como novos investimentos e arrecadações. Com isso, produz-se o sentido de que o governo tem política voltada para a abertura comercial, e expondo-a neste acontecimento como uma política que promove um impacto econômico real.

Ao enunciar *crescimento e transformação* em R1 e *novos investimentos* em R2, o alocutor-Presidente da República faz significar os sentidos de investimento, progresso econômico e mudança estrutural. Com isso, R2 reescreve por expansão R1, mantendo uma significação mais ampla relacionada ao sentido de impacto econômico positivo.

Em linhas gerais, o processo de reescrituração apresenta enunciações que produzem o sentido de atualização da política econômica e da imagem do país, com enunciações que produzem o sentido de transformação, crescimento e reformas considerando aspectos concretos no interesse para investimentos e na economia.

R14 (76ª/2021) reescreve por expansão **R13 (75º/2020)**.

Ao enunciar em **R13 (75ª/2020)** *No meu primeiro ano de governo, concluímos a reforma da previdência e, recentemente, apresentamos ao Congresso Nacional duas novas reformas: a do sistema tributário e a administrativa*, o alocutor-Presidente da República enfatiza o impacto das reformas econômicas mencionadas, tais como da Previdência, reforma tributária e administrativa. Em **R14 (76ª/2021)** o alocutor-Presidente da República reescreve **R13 (75ª/2020)** no sentido de desenvolvimento das ações do governo, enunciado que *Meu governo recuperou a credibilidade externa e, hoje, se apresenta como um dos melhores destinos para investimentos*, enfatizando que após a implementação das reformas recuperou-se a credibilidade externa e agora o Brasil é visto como um destino favorável para investimentos.

Desse modo, o que a reforma econômica enunciada em **R13 (75ª/2020)** indicava a princípio como atitudes relacionadas as ações internas, é reescriturado em **R14 (76ª/2021)** como uma representação externa de crescimento e confiança no país.

O processo de reescrituração nos recortes analisados demonstram, de maneira específica, aspectos enunciativos que produzem o sentido de atualização e intensificação das políticas econômicas do governo, dando luz à abertura comercial, as reformas econômicas e o impacto positivo na imagem internacional do Brasil.

A defesa da abertura comercial, inicialmente enunciada pelo alocutor-Presidente da República como um princípio de crescimento, é reescriturada no texto-pronunciamento da 76ª/2021 como um marco concreto de investimentos e arrecadação. Por sua vez, as reformas

econômicas que começam como ações internas em 75^a/2020 seguem como ações transformadas em evidências de credibilidade externa e confiança internacional, expondo o Brasil como um destino atrativo para investimentos.

Desse modo, por meio do procedimento de reescrituração compreendemos como os sentidos de consolidação, de crescimento, transformação e estabilidade econômica do país funcionam semântico-enunciativamente nos textos-pronunciamentos trabalhados na análise.

As análises realizadas no item 3.2 demonstram que a economia é apresentada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como eixo estruturante de sua política e governo. Ou seja, apesar dos assuntos enunciados e colocados em pauta durante seu proferimento serem a pandemia, o meio ambiente, a vacinação ou as questões indígenas e etc, todos os dizeres são atravessados por sentidos relacionados ao impacto econômico. Entre um texto-pronunciamento e outro Bolsonaro não nega o que foi enunciado, mas traz atualizações, dando ênfase a ações sociais e sanitárias produzindo o sentido relacionados aos efeitos econômicos proporcionados por esta ações ou para os investimentos que derivaram delas. Exemplos disso é quando no texto-pronunciamento 75^a/2020 o ex-presidente enfatiza o auxílio emergencial e a tentativa de equilibrar a saúde e a econômica, e no texto-pronunciamento 76^a/2021 a pandemia é exposta a partir de dados de vacinação e críticas às restrições, dando destaque aos investimentos externos, a privatização de setores estratégicos e de infraestrutura como atrativo econômico.

Sendo assim, o que é possível observar é que para o ex-presidente Jair Bolsonaro todos os assuntos expostos nos textos-pronunciamentos perpassa pelo interesse econômico. Ou seja, a política ambiental, a saúde pública, a assistência social e a infraestrutura são articuladas e ressignificadas constantemente em torno da economia. Com isso, seus dizeres na ONU não se dá apenas no que tange à prestação de contas ou à resposta a críticas, mas constitui um esforço sistemático de construção de uma imagem de governo que se legitima pela promessa (ou comprovação) de crescimento, investimento e modernização econômica. Ou seja, tudo no governo de Bolsonaro perpassa a economia e retorna à economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permitiu compreender à luz da Semântico do Acontecimento, elaborada e desenvolvida por Eduardo Guimarães, a construção de sentidos de assuntos relacionados ao combate à pandemia, ao impacto econômico, a defesa da Amazônia, ao meio ambiente, ao cenário internacional, a segurança, a paz e a liberdade em enunciados que integram os textos-pronunciamentos de abertura da 75ª e da 76ª Assembleia Geral da ONU, proferidos em 2020 e 2021 e como estes assuntos se repetem e significam em ambos os textos.

Para tanto, realizamos pesquisas bibliográficas relacionadas a trajetória política de Jair Bolsonaro, presidente responsável pelos pronunciamentos selecionados, desde o longo período como Deputado Federal até sua ascensão à presidência da República. Ao longo do processo de pesquisa, nos deparamos com uma série de discursos polêmicos, com apelo ao conservadorismo e à religiosidade, entre outros. Ao longo da pesquisa, de acordo com especialistas citados, observou-se que o uso das redes sociais e a aproximação com setores evangélicos foram peças-chaves para a vitória de Jair Bolsonaro e para a consolidação da imagem de candidato contrário ao cenário político existente até 2018, principalmente, relacionado à esquerda, e defensor de valores morais e familiares.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, refletiu não apenas a insatisfação de grande parte da população com a política vigente, mas também a influência de uma retórica que mobilizou diferentes setores da sociedade brasileira, desde os conservadores religiosos até aqueles decepcionados com governos anteriores. A consolidação desse contexto foi fundamental para a construção de seu discurso presidencial, que, como visto na Assembleia Geral da ONU, reforçava sua visão de Brasil e sua postura frente à comunidade internacional. Com a pesquisa, notamos que a ascensão e consolidação de Bolsonaro na política brasileira exemplifica como o discurso, é determinante para opinião pública.

Além de compreender o processo eleitoral de 2018 e a trajetória de Jair Bolsonaro, esta pesquisa nos permitiu compreender também o percurso histórico da Organização das Nações Unidas e o papel do Brasil neste processo, bem como, a relevância da ONU para Jair Bolsonaro, uma vez que a Assembleia Geral da ONU se tornou um espaço de publicização de suas ações, enquanto chefe de Estado e de prestação de contas para o mundo.

Quanto as análises, a partir dos recortes extraídos dos textos-pronunciamentos de abertura da 75ª e da 76ª Assembleias Gerais da ONU e a análise sob o viés da Semântica do Acontecimento, observamos o funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados que integram os textos-pronunciamentos.

Como metodologia de análise, utilizamos a reescrituração e articulação. A articulação foi fundamental para compreender como os sentidos se organizam e se constituem na enunciação. Possibilitou investigar como os sentidos são produzidos nas enunciações que constituem os textos-pronunciamentos e como determinadas palavras ou expressões significaram a depender da cena enunciativa em que foram enunciadas. Em linhas gerais, notamos que a articulação foi primordial para compreendermos como o sentido se constitui na relação entre enunciados e a reescrituração foi *sine qua non* para compreender como os sentidos são retomados, ressignificados nos textos-pronunciamentos. É a partir da reescrituração que conseguimos perceber o processo pelo qual um enunciado, ao ser retomado em outra cena enunciativa, por exemplo, é retomado. No caso do discurso de Bolsonaro nas Assembleias Gerais da ONU, a reescrituração nos possibilitou observar as retomadas enunciativas entre os discursos de 2020 e 2021 e significação destas retomadas.

Iniciamos as análises com o estudo acerca do vocativo e do apostrofo, conforme proposto por Eduardo Guimarães, na Semântica do Acontecimento. Os recortes selecionados nos permitiram compreender a constituição dos sentidos do discurso de Jair Bolsonaro na Abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas/2020 e na construção da cena enunciativa.

A Semântica do Acontecimento toma o vocativo não como uma forma de chamar a atenção, mas um modo de constituir um lugar de reconhecimento para o outro, estabelecendo relações entre o alocutor-Presidente da República e seus alocutários. Diante disso, ao enunciar *Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir*, por exemplo, o alocutor-Presidente da República não está apenas nomeando, mas estabelecendo uma relação hierárquica e institucional que organiza a cena enunciativa.

Analisando o apostrofo, pudemos observar que sua enunciação se constituiu como uma forma de inscrição de sentidos no enunciado. Isto é, quando o alocutor-Presidente da República enunciou *a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe*, estabeleceu-se um efeito de proximidade cultural e simbólica com Gutérres e reforçou uma identidade lusófona compartilhada, o que estabeleceu um efeito político no espaço da ONU.

Em suma, a análise dos enunciados aponta para três conclusões: a primeira refere-se à posição solidária e comprometida do alocutor; a segunda refere-se sobre a posição que minimiza a crise sanitária e dá ênfase à economia e a terceira deslegitima a imprensa e as medidas de isolamento social. Dessa forma, a cena enunciativa analisada permite compreender como a significação da enunciação política se constituiu em meio à disputa de sentidos sobre a pandemia e suas consequências.

Observou-se que a conjunção *e*, por exemplo, desempenhou um papel fundamental na articulação dos elementos, estabelecendo uma hierarquização dos sentidos, como na enunciação de *quero lamentar cada morte ocorrida*, onde o alocutor posiciona-se como empático e responsável. Esse movimento enunciativo de construção de sentido relacionado à identidade de liderança solidária está relacionado ao papel de Jair Bolsonaro como chefe de Estado, comprometido não apenas com a questão sanitária, mas também com a crise econômica.

Por outro lado, a oposição entre *vírus* e *desemprego* nos enunciados analisados ressignifica os sentidos da pandemia, atribuindo à questão econômica um peso equivalente à crise sanitária. Essa construção enunciativa permite compreender como o discurso presidencial minimiza o impacto da COVID-19 e, simultaneamente, enfatiza a necessidade de manutenção das atividades econômicas.

Ademais, os enunciados sobre a decisão judicial que delegou aos governadores a responsabilidade pelas medidas de isolamento social revelam um deslocamento enunciativo que visa dissociar o governo federal da adoção de tais medidas. A enunciação do enunciado *Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País* delimita o papel do governo federal, reforçando a posição de gestor econômico e financeiro, mais do que de formulador de políticas de saúde pública.

Outro ponto relevante, é a ressignificação do enunciado *fique em casa* dito no texto-pronunciamento presidencial. Inicialmente, essa expressão possui um sentido vinculado à prevenção e à responsabilidade coletiva, mas no pronunciamento do alocutor-Presidente, ela é ressignificada como um elemento de exagero e manipulação midiática. Dessa forma, há uma enunciação deslegitimadora das medidas de isolamento. A ressignificação do lema *fique em casa* como um fator de quase colapso social tem um deslocamento do sentido da expressão, de uma recomendação de saúde pública para um elemento de manipulação política.

Em outro momento, a enumeração das medidas econômicas adotadas pelo governo reforça a construção de uma imagem de gestão eficiente e proativa. O uso de verbos no pretérito perfeito do indicativo, como *concedeu*, *destinou* e *assistiu*, são centrais para a argumentação de que as ações foram concretizadas e tiveram impactos positivos, reforçando o sentido de um governo responsável pela estabilidade econômica e social.

Outro aspecto observado durante as análises, refere-se à descentralização das medidas sanitárias, pois as enunciações enfatizam que a decisão sobre as medidas de isolamento social foi delegada aos governadores por determinação judicial, isentando o governo federal da responsabilidade direta na imposição dessas restrições. Nessa linha, a enunciação do alocutor-

presidente produz-se um sentido de distanciamento em relação às consequências das medidas sanitárias adotadas no país.

Há ainda as ações econômicas do governo que apresentam as medidas adotadas pelo governo federal, no qual o alocutor-Presidente da República enuncia dizeres sobre a concessão de auxílios e investimentos, significando uma gestão econômica como eficaz na contenção dos danos causados pela pandemia.

Em linhas gerais, o ex-presidente Jair Bolsonaro preocupou-se com a construção de uma imagem de liderança, um chefe de Estado responsável e comprometido tanto com a vida dos cidadãos quanto com a estabilidade econômica do país, ao mesmo tempo em que transfere parte da responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas à imprensa e aos governadores.

No que tange ao combate à pandemia e ao impacto econômico, a enunciação dos textos-pronunciamentos produziu sentidos de defesa do governo e do agronegócio, e tomou estes setores como fundamentais para a economia brasileira. Houve uma ênfase da defesa econômica frente às críticas ambientais e às críticas sobre a gestão da pandemia.

Portanto, a partir das análises, no que tange o combate à pandemia, ao impacto econômico, a defesa da Amazônia, ao meio ambiente, ao cenário internacional, a segurança, a paz e a liberdade, é possível concluir que a enunciação do texto-pronunciamento da 75ª Assembleia Geral da ONU produziu o sentido de defesa do governo federal e de todos os assuntos anteriormente citados, colocando-os sempre como os setores fundamentais para a manutenção da economia brasileira.

Quanto aos enunciados que significam e se repetem nos textos-pronunciamentos de abertura da 75ª/2020 e na 76ª/2021 Assembleias Gerais da ONU, as análises demonstraram pelo processo de reescrituração, no qual enunciações são retomadas, modificadas ou deslocadas para produzir novos efeitos de sentido, sem necessariamente romper com o discurso anterior, que os sentidos produzidos são o de continuidade governamental, a partir da enunciação de um texto-pronunciamento a outro, e, ao mesmo tempo, que ressignifica as prioridades políticas e econômicas em cada acontecimento.

De forma geral, as análises demonstraram que entre um texto-pronunciamento e outro houve uma retomada dos principais assuntos em voga nas assembleias 75ª e 76ª da ONU, no entanto, nesta última, o texto-pronunciamento emerge como justificativa do anterior: (2020) a assistência emergencial e o financiamento de vacinas cede espaço para a defesa da liberdade individual e para a apresentação de números da vacinação (2021); (2020) as reformas econômicas e o auxílio emergencial dão lugar à ênfase em investimentos estrangeiros e

privatizações (2021) e em (2020) o discurso de defesa contra as críticas internacionais é desenvolvido com a apresentação de ações concretas e metas ambientais (2021).

Portanto, concluímos que esses deslocamentos enunciativos entre um texto e outro não são aleatórios, nem intencionais, mas são próprios do acontecimento de enunciação de cada texto.

A reescrituração por repetição sinonímica, por elipse e por expansão nos permitiu observar como as temáticas Covid-19, combate à pandemia, economia, Amazônica e Meio Ambiente são ressignificadas no acontecimento de enunciação do texto-pronunciamento de 2021.

Esta pesquisa foi de suma importância, uma vez que está diretamente ligada à necessidade de compreender os processos de significação dos dizeres políticos e suas implicações sociais e históricas. Esse estudo tem relevância tanto acadêmica quanto social, porque permite analisar como os sentidos são construídos, disputados e ressignificados no espaço público e para a compreensão do funcionamento dos dizeres políticos no cenário nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. **Problema de linguística geral I**. 5 ed., Campinas, SP: Editora Pontes, 2005.
- BENVENISTE, E. **Problema de linguística geral II**. 2 ed., Campinas, SP: Editora Pontes, 2006.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB. Imprensa Oficial: 2004.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica: ciências das significações**. Campinas, 2 ed., Editora RG, 2008.
- CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS e o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça. Nações Unidas/Nova Iorque, 1945.
- CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. **A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente**. In.: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. e-ISSN 1981-4070, Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, v. 13, n. 3, p. 135-151, set./dez. 2019.
- CUNHA, V.; LOPES, C.; LEITE, V. P.; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.
- DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G.; DALMASCHIO, L. (orgs.). **Enunciação e materialidade linguística**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015. 127 p.
- DIAS, L. F.. Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n.º 35 , jan-jun 2015.
- DIAS, L. F.; SILVA, C. D. Os espaços de trabalho com a língua na pesquisa científica e no ensino: As hashtags em pauta. In: **Ciência, Língua e Ensino**. Di Renzo, Ana M. / Motta, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da. (orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- DIAS, L. F.. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, L. F. Fundamentos: formação de enunciados. In: **O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino**, 2021.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Ver. técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. **Argumentação retórica e argumentação linguística**. Revista Letras de Hoje, v. 44, nº 1, Porto Alegre, pp. 20 – 25, janeiro-março/2009.
- DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SZUBRIS, E. B. **Nomes de Origem Indígena em Formações Nominais de Cidades de Mato Grosso**: Perspectivações de Sentidos. (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Campus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

FERNANDEZ, R. K. dos S. **O acontecimento do julgamento da ação penal 937**: os sentidos de foro por prerrogativa de função na enunciação do voto do relator. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de linguística da enunciação** [et al.]. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, E. Vargas. **O sexto membro permanente**: o brasil e a criação da ONU. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

GILBERT, Adrian. **Enciclopédia das guerras**: conflitos mundiais através dos tempos. M. Books do Brasil: São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **História, sujeito e enunciação**. In.: Cad. Est. Ling., Campinas, (35):109-116, Jul./Dez. 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica e Pragmática. In: **A palavra e a frase**. Eduardo Guimarães e Mônica Zoppi-Fontana (Orgs.). Campinas, SP: Pontes, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e Argumentação**: um estudo de conjunções do português. (1987). Campinas, SP. Pontes, 3ª edição revista e ampliada. 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E. & C. Mollica. **A palavra**. Forma e sentido. Campinas, Pontes. 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido**. In.: Cad. Est. Ling., Campinas, 51 (1): 49-68. Jan./Jun. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. **Texto e enunciação**. In.: Organon, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. In: **Fragmentum**, n.º 40, Laboratório corpus: UFSM, jan./mar., 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. Significação e valores éticos (sondagens preliminares). In.: **Linguística e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 23, n. 45, p. 3-27, jan./jun. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **Sobre teoria e método em semântica da enunciação**. In.: *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 26, n. 51, p. 116-134, jan./jul., 2023.

GONÇALVES, Leandro P.; NETO, Odilon C. **Integralismo e liderança**: ensaios críticos. – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ClioEdel, 2023.

KARIM, T. M.. **Dois nomes dois destinos**. In: *Línguas e instrumentos. Linguísticos*. Campinas: Pontes, 2003.

KARIM, T. M. **Dos nomes à história** - o processo constitutivo de um Estado: Mato Grosso. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

KEELEY, Lawrence H. **A guerra antes da civilização**: o mito do bom selvagem. Tradução de Fábio Faria. São Paulo: Realizações, 2011.

LEAL, A. F. C.; ZATTA, N. **O procedimento de reescrituração em textos redacionais do ENEM/2016**. In.: *Línguas e Instrumentos Linguísticos* – nº 43 – jan-jun, 2019.

MACHADO, C. de P. (2020). **Contribuições da semântica da enunciação para a análise de texto**. In.: *Traços De Linguagem - Revista De Estudos Linguísticos*, 3(2). <https://doi.org/10.30681/2594.9063.2019v3n2id4355>

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto**: o que é, como se faz? [1983], 2012.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Equador, Japão, Malta, Moçambique e Suíça são eleitos para o Conselho de Segurança**. < [https://brasil.un.org/pt-br/185579-equador-jap%C3%A3o-malta-mo%C3%A7ambique-e-su%C3%AD%C3%A7a-s%C3%A3o-eleitos-para-o-conselho-de-seguran%C3%A7a#:~:text=feira%20\(9\).-,Equador%2C%20Jap%C3%A3o%2C%20Malta%2C%20Mo%C3%A7ambique%20e%20Su%C3%AD%C3%A7a%20se%20juntar%C3%A3o%20ao,ap%C3%B3s%20a%20leitura%20do%20nome](https://brasil.un.org/pt-br/185579-equador-jap%C3%A3o-malta-mo%C3%A7ambique-e-su%C3%AD%C3%A7a-s%C3%A3o-eleitos-para-o-conselho-de-seguran%C3%A7a#:~:text=feira%20(9).-,Equador%2C%20Jap%C3%A3o%2C%20Malta%2C%20Mo%C3%A7ambique%20e%20Su%C3%AD%C3%A7a%20se%20juntar%C3%A3o%20ao,ap%C3%B3s%20a%20leitura%20do%20nome). > Acessado em 30 de maio de 2023.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. **Projeto Ipê**: atualização e aperfeiçoamento de professores e especialistas em educação por multimeios. *Língua Portuguesa III*. ISSN 2594-9063 *Traços de Linguagem*, Cáceres, v. 3, n. 2, p. 28-41, 2019. 41 Governo Democrático do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação –SP, Coordenadoria de estudo e normas pedagógicas, 1985.

PEREIRA, Wolber Sebastião. **Enunciações Presidenciais: modos de dizer na/da política no Brasil**. 2022. 116 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, 2022.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **As nações unidas e a manutenção da paz**. Palheiras, Coimbra: Almedina, 2007.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**: um ensaio da poética do saber. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad.: Angela Leite Lopes. Editora 34, 1996.

RODRIGUES, M. L. M.; ZATTAR, N. B. **Semântica da Enunciação**: um percurso teórico. In.: Traços de Linguagem, Cáceres, v. 5, n. 1, p. 95-106, 2021.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein Cultrix, São Paulo: 1975.

SZUBRIS, Elisandra B. **Nomes de origem indígena em formações nominais de cidades de mato grosso**: perspectivas de sentidos. Cáceres, 2022.

SZUBRIS, Elisandra B. **Os sentidos das propagandas eleitorais do TSE na mídia brasileira**. In: E-escrita. Revista do Curso de Letras da UNIABEU, Nilópolis. V. 04, N.º 02.

SENADO NOTÍCIAS. **Custos e benefícios do ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU dividem especialistas** < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/06/06/custos-e-beneficios-do-ingresso-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu-dividem-especialistas> > Acessado em 04 de maio de 2023.

SIGLIANI, Livia Cristina de Souza; VENTURA, Adilson. **O embate de sentidos do termo professor**: uma análise semântica de propagandas veiculadas pelo MEC. Palimpsesto. Rio de Janeiro, v. 18, n. 31, pp. 87-107, Dossiê 87, 2019.

SOUZA, Jocyare C. P. de. **Nas letras de são thomé**: uma análise semântica histórico-enunciativa dos nomes de estabelecimentos comerciais de são thomé das letras - Campinas, SP : [s.n.], 2005.

SCHMITZ, G. de O.; ROCHA, R. de A. **Brasil e o sistema das nações unidas**: desafios e oportunidades na governança global. Brasília-DF: Ipea, 2017.

TOLEDO, C. N. de; 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia**. In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28, 2004.

ZATTAR, N. B. **A argumentação como processo de significação**. In.: Conexão Letras, Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 27-34, jan-jun., 2021.

ANEXO I

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)³⁹

Publicado em 22/09/2020 10h54 Atualizado em 22/09/2020 12h06

Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir;
Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe;

Chefes de Estado, de governo e de delegação;

Senhoras e senhores,

É uma honra abrir esta assembleia com os representantes de nações soberanas, num momento em que o mundo necessita da verdade para superar seus desafios.

A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior:

- Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

- Destinou mais de 100 bilhões de dólares para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;

- Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à COVID;

- Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença;

- Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes de COVID.

A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para produção de insumos e meios essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxicloroquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia. Nesta linha, o Brasil está aberto para o desenvolvimento de tecnologia de ponta e inovação, a exemplo da indústria 4.0, da inteligência artificial, nanotecnologia e da tecnologia 5G, com quaisquer parceiros que respeitem nossa soberania, prezem pela liberdade e pela proteção de dados.

³⁹ Fonte: Agência Brasil <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu> Acessado em 10 de jul. de 2021

No Brasil, apesar da crise mundial, a produção rural não parou. O homem do campo trabalhou como nunca, produziu, como sempre, alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas.

O Brasil contribuiu para que o mundo continuasse alimentado.

Nossos caminhoneiros, marítimos, portuários e aeroviários mantiveram ativo todo o fluxo logístico para distribuição interna e exportação.

Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.

Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui.

O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos.

E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.

Estamos abertos para o mundo naquilo que melhor temos para oferecer, nossos produtos do campo. Nunca exportamos tanto. O mundo cada vez mais depende do Brasil para se alimentar.

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas.

Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

Lembro que a Região Amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria. Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas.

O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição.

A nossa preocupação com o meio ambiente vai além das nossas florestas. Nosso Programa Nacional de Combate ao Lixo no Mar, um dos primeiros a serem lançados no mundo, cria uma estratégia para os nossos 8.500 quilômetros de costa.

Nessa linha, o Brasil se esforçou na COP25 em Madri para regulamentar os artigos do Acordo de Paris que permitiriam o estabelecimento efetivo do mercado de carbono internacional. Infelizmente, fomos vencidos pelo protecionismo.

Em 2019, o Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano, vendido sem controle, acarretando severos danos ao meio ambiente e sérios prejuízos nas atividades de pesca e turismo.

O Brasil considera importante respeitar a liberdade de navegação estabelecida na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Entretanto, as regras de proteção ambiental devem ser respeitadas e os crimes devem ser apurados com agilidade, para que agressões como a ocorrida contra o Brasil não venham a atingir outros países.

Não é só na preservação ambiental que o país se destaca. No campo humanitário e dos direitos humanos, o Brasil vem sendo referência internacional pelo compromisso e pela dedicação no apoio prestado aos refugiados venezuelanos, que chegam ao Brasil a partir da fronteira no estado de Roraima.

A Operação Acolhida, encabeçada pelo Ministério da Defesa, recebeu quase 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana.

Com a participação de mais de 4 mil militares, a Força Tarefa Logística-Humanitária busca acolher, abrigar e interiorizar as famílias que chegam à fronteira.

Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos. Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais. A paz não pode estar dissociada da segurança.

A cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade. O Brasil tem os princípios da paz, cooperação e prevalência dos direitos humanos inscritos em sua própria Constituição, e tradicionalmente contribui, na prática, para a consecução desses objetivos.

O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo.

O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual.

Seguimos comprometidos com a conclusão dos acordos comerciais firmados entre o MERCOSUL e a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio. Esses acordos possuem importantes cláusulas que reforçam nossos compromissos com a proteção ambiental.

Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação.

Reafirmo nosso apoio à reforma da Organização Mundial do Comércio que deve prover disciplinas adaptadas às novas realidades internacionais.

Estamos igualmente próximos do início do processo oficial de acesso do Brasil à OCDE. Por isso, já adotamos as práticas mundiais mais elevadas em todas as áreas, desde a regulação financeira até os domínios da segurança digital e da proteção ambiental.

No meu primeiro ano de governo, concluímos a reforma da previdência e, recentemente, apresentamos ao Congresso Nacional duas novas reformas: a do sistema tributário e a administrativa.

Novos marcos regulatórios em setores-chave, como o saneamento e o gás natural, também estão sendo implementados. Eles atrairão novos investimentos, estimularão a economia e gerarão renda e emprego.

O Brasil foi, em 2019, o quarto maior destino de investimentos diretos em todo o mundo. E, no primeiro semestre de 2020, apesar da pandemia, verificamos um aumento do ingresso de investimentos, em comparação com o mesmo período do ano passado. Isso comprova a confiança do mundo em nosso governo.

O Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

O Brasil está preocupado e repudia o terrorismo em todo o mundo.

Na América Latina, continuamos trabalhando pela preservação e promoção da ordem democrática como base de sustentação indispensável para o progresso econômico que desejamos.

A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE.

Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

Também quero reafirmar minha solidariedade e apoio ao povo do Líbano pelas recentes adversidades sofridas.

Cremos que o momento é propício para trabalharmos pela abertura de novos horizontes, muito mais otimistas para o futuro do Oriente Médio.

Os acordos de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, e entre Israel e o Bahrein, três países amigos do Brasil, com os quais ampliamos imensamente nossas relações durante o meu governo, constitui excelente notícia.

O Brasil saúda também o Plano de Paz e Prosperidade lançado pelo Presidente Donald Trump, com uma visão promissora para, após mais de sete décadas de esforços, retomar o caminho da tão desejada solução do conflito israelense-palestino.

A nova política do Brasil de aproximação simultânea a Israel e aos países árabes converge com essas iniciativas, que finalmente acendem uma luz de esperança para aquela região.

O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

Deus abençoe a todos!

E o meu muito obrigado!

ANEXO II

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU⁴⁰

Publicado em 21/09/2021 13h22 Nova Iorque/EUA BRAZIL 09/21/21

Senhor Presidente da Assembleia-Geral, Abdulla Shahid,
Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres,
Senhores Chefes de Estado e de Governo e demais chefes de delegação,
Senhoras e senhores,
É uma honra abrir novamente a Assembleia-Geral das Nações Unidas.
Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões.

O Brasil mudou, e muito, depois que assumimos o governo em janeiro de 2019.

Estamos há 2 anos e 8 meses sem qualquer caso concreto de corrupção.

O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo.

Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo.

Nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares, hoje são lucrativas.

Nosso Banco de Desenvolvimento era usado para financiar obras em países comunistas, sem garantias. Quem honra esses compromissos é o próprio povo brasileiro.

Tudo isso mudou. Apresento agora um novo Brasil com sua credibilidade já recuperada.

O Brasil possui o maior programa de parceria de investimentos com a iniciativa privada de sua história. Programa que já é uma realidade e está em franca execução.

Até aqui, foram contratados US\$ 100 bilhões de novos investimentos e arrecadados US\$ 23 bilhões em outorgas.

Na área de infraestrutura, leiloamos, para a iniciativa privada, 34 aeroportos e 29 terminais portuários.

Já são mais de US\$ 6 bilhões em contratos privados para novas ferrovias. Introduzimos o sistema de autorizações ferroviárias, o que aproxima nosso modelo ao americano. Em poucos dias, recebemos 14 requerimentos de autorizações para novas ferrovias com quase US\$ 15 bilhões de investimentos privados.

EM NOSSO GOVERNO PROMOVEMOS O RESSURGIMENTO DO MODAL FERROVIÁRIO.

Como reflexo, menor consumo de combustíveis fósseis e redução do custo Brasil, em especial no barateamento da produção de alimentos.

Grande avanço vem acontecendo na área do saneamento básico. O maior leilão da história no setor foi realizado em abril, com concessão ao setor privado dos serviços de distribuição de água e esgoto no Rio de Janeiro.

Temos tudo o que investidor procura: um grande mercado consumidor, excelentes ativos, tradição de respeito a contratos e confiança no nosso governo.

Também anuncio que nos próximos dias, realizaremos o leilão para implementação da tecnologia 5G no Brasil.

⁴⁰ Fonte: Planalto <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu> Acessado em 10 de jul. de 2021.

Nossa moderna e sustentável agricultura de baixo carbono alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo e utiliza apenas 8% do território nacional.

Nenhum país do mundo possui uma legislação ambiental tão completa.

Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países.

O Brasil é um país com dimensões continentais, com grandes desafios ambientais.

São 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500.

Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental.

Antecipamos, de 2060 para 2050, o objetivo de alcançar a neutralidade climática. Os recursos humanos e financeiros, destinados ao fortalecimento dos órgãos ambientais, foram dobrados, com vistas a zerar o desmatamento ilegal.

E os resultados desta importante ação já começaram a aparecer!

Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior.

QUAL PAÍS DO MUNDO TEM UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL COMO A NOSSA?

Os senhores estão convidados a visitar a nossa Amazônia!

O Brasil já é um exemplo na geração de energia com 83% advinda de fontes renováveis.

Por ocasião da COP-26, buscaremos consenso sobre as regras do mercado de crédito de carbono global. Esperamos que os países industrializados cumpram efetivamente seus compromissos com o financiamento de clima em volumes relevantes.

O futuro do emprego verde está no Brasil: energia renovável, agricultura sustentável, indústria de baixa emissão, saneamento básico, tratamento de resíduos e turismo.

Ratificamos a Convenção Interamericana contra o Racismo e Formas Correlatas de Intolerância.

Temos a família tradicional como fundamento da civilização. E a liberdade do ser humano só se completa com a liberdade de culto e expressão.

14% do território nacional, ou seja, mais de 110 milhões de hectares, uma área equivalente a Alemanha e França juntas, é destinada às reservas indígenas. Nessas regiões, 600.000 índios vivem em liberdade e cada vez mais desejam utilizar suas terras para a agricultura e outras atividades.

O Brasil sempre participou em Missões de Paz da ONU. De Suez até o Congo, passando pelo Haiti e Líbano.

Nosso país sempre acolheu refugiados. Em nossa fronteira com a vizinha Venezuela, a Operação Acolhida, do Governo Federal, já recebeu 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana.

O futuro do Afeganistão também nos causa profunda apreensão. Concederemos visto humanitário para cristãos, mulheres, crianças e juízes afegãos.

Nesses 20 anos dos atentados contra os Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001, reitero nosso repúdio ao terrorismo em todas suas formas.

Em 2022, voltaremos a ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Agradeço aos 181 países, em um universo de 190, que confiaram no Brasil. Reflexo de uma política externa séria e responsável promovida pelo nosso Ministério de Relações Exteriores.

Apoiamos uma Reforma do Conselho de Segurança ONU, onde buscamos um assento permanente.

A pandemia pegou a todos de surpresa em 2020. Lamentamos todas as mortes ocorridas no Brasil e no mundo.

Sempre defendi combater o vírus e o desemprego de forma simultânea e com a mesma responsabilidade. As medidas de isolamento e lockdown deixaram um legado de inflação, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo.

No Brasil, para atender aqueles mais humildes, obrigados a ficar em casa por decisão de governadores e prefeitos e que perderam sua renda, concedemos um auxílio emergencial de US\$ 800 para 68 milhões de pessoas em 2020.

Lembro que terminamos 2020, ano da pandemia, com mais empregos formais do que em dezembro de 2019, graças às ações do nosso governo com programas de manutenção de emprego e renda que nos custaram cerca de US\$ 40 bilhões.

Somente nos primeiros 7 meses desse ano, criamos aproximadamente 1 milhão e 800 mil novos empregos. Lembro ainda que o nosso crescimento para 2021 está estimado em 5%.

Até o momento, o Governo Federal distribuiu mais de 260 milhões de doses de vacinas e mais de 140 milhões de brasileiros já receberam, pelo menos, a primeira dose, o que representa quase 90% da população adulta. 80% da população indígena também já foi totalmente vacinada. Até novembro, todos que escolheram ser vacinados no Brasil, serão atendidos.

Apoiamos a vacinação, contudo o nosso governo tem se posicionado contrário ao passaporte sanitário ou a qualquer obrigação relacionada a vacina.

Desde o início da pandemia, apoiamos a autonomia do médico na busca do tratamento precoce, seguindo recomendação do nosso Conselho Federal de Medicina.

Eu mesmo fui um desses que fez tratamento inicial. Respeitamos a relação médico-paciente na decisão da medicação a ser utilizada e no seu uso off-label.

Não entendemos porque muitos países, juntamente com grande parte da mídia, se colocaram contra o tratamento inicial.

A história e a ciência saberão responsabilizar a todos.

No último 7 de setembro, data de nossa Independência, milhões de brasileiros, de forma pacífica e patriótica, foram às ruas, na maior manifestação de nossa história, mostrar que não abrem mão da democracia, das liberdades individuais e de apoio ao nosso governo.

Como demonstrado, o Brasil vive novos tempos. Na economia, temos um dos melhores desempenhos entre os emergentes.

Meu governo recuperou a credibilidade externa e, hoje, se apresenta como um dos melhores destinos para investimentos.

É aqui, nesta Assembleia Geral, que, vislumbramos um mundo de mais liberdade, democracia, prosperidade e paz.

Deus abençoe a todos.